



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 53

Sessão Ordinária de Abril

1.ª reunião em 23-04-2012

Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Catarina Marques Rocha Barreto, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Ivar Jorge Alves Corceiro, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:

Manuel José Prior Pedreira das Neves, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Sesnando Alves dos Reis, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Celina Capão Lourenço França Alves.[01](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira (chegou às 20:45 horas), Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves (chegou às 22:00 horas), Helena Maria de Oliveira Dias Libório, e Marília Fernanda Correia Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.[03](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e David Paiva Martins, se fizeram substituir nesta reunião, por Firmino Marques Ferreira e Catarina Marques Rocha Barreto, respetivamente.

Os sucedâneos, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, Nelson Ricardo Esteves Peralta, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Correção Material do n.º 4 do artigo 22.º do Regulamento do Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro;**
- Ponto 3. – Eliminação da remissão efetuada para o artigo 148º do Código das Sociedades Comerciais, decorrente da extinção da EMA-Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M.;**
- Ponto 4. – Regulamento de Gestão dos Canais Urbanos da Ria de Aveiro;**
- Ponto 5. – Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Aveiro;**
- Ponto 6. – Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas;**
- Ponto 7. – Regulamento de Venda Ambulante no Município de Aveiro;**
- Ponto 8. – Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Aveiro;**
- Ponto 9. – Regulamento sobre o Exercício e Fiscalização de Atividades Diversas;**
- Ponto 10. – Regulamento de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Aveiro;**
- Ponto 11. – Regulamento Municipal para a Concessão de Benefícios Públicos;**
- Ponto 12. – Regulamento Municipal de Distinções Honoríficas;**
- Ponto 13. – Regulamento do Museu da Cidade de Aveiro;**
- Ponto 14. – Regulamento para Transportes de Índole e Fruição Turística no Município de Aveiro;**
- Ponto 15. – Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro**
- Ponto 16. – Prestação de Contas:**
 - a) Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social, Inventário de Bens Direitos e Obrigações, e Compromissos Plurianuais, Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31/12/2011 da CMA;**
 - b) Relatório de Gestão e Contas do ano de 2011, dos Serviços Municipalizados de Aveiro, e Compromissos Plurianuais, Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31/12/2011 dos SMA;**
- Ponto 17. – 1ª Revisão Orçamental de 2012 - deliberação;**
- Ponto 18. – Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberações:**
 - a) Fornecimento contínuo de areias;**
 - b) Fornecimento contínuo blocos de cimento;**
 - c) Parque da Sustentabilidade/Centro de Educação Ambiental;**
- Ponto 19. – Relatórios de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do Edifício Sede da Assembleia – Apreciação;**
- Ponto 20. – Lei do regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica – Moção.**

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as atas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [05](#)

Ata n.º 50 – Sessão Ordinária de fevereiro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por Maioria, com trinta e um votos a favor e duas abstenções.

Ata n.º 51 – Sessão Ordinária de fevereiro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por Maioria, com trinta e um votos a favor e duas abstenções.

Ata n.º 52 – Sessão Ordinária de fevereiro - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por Maioria, com trinta e um votos a favor e duas abstenções.

De seguida, o Presidente da Mesa⁰⁶ usou da palavra para cumprimentar todos os presentes, em especial os munícipes da Freguesia de São Bernardo. Freguesia que nesta Sessão faz a sua exposição no âmbito do programa “Freguesias vêm à Assembleia”.

De seguida, o Presidente da Mesa nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra a munícipe *Paula Alexandra Figueira dos Santos*⁰⁷, residente na freguesia de Esgueira, veio expor um assunto relacionado com o voluntariado no Canil Municipal, nomeadamente com a proibição de entrada no mesmo aos voluntários.

Usou da palavra a munícipe *Carlos Alberto Almeida*⁰⁸, residente na freguesia de Esgueira, veio expor um assunto relacionado com a nova Avenida das Agradas e os seus acessos.

Usou da palavra a munícipe *Joaquim Varela Gaspar dos Santos*⁰⁹, residente na freguesia de Vera Cruz, veio expor um assunto relacionado com as taxas previstas nos novos regulamentos da Gestão dos Canais Urbanos, e de Taxas e Outras Receitas.

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa e Bruno Miguel Ribeiro Costa.)

Presidente da Mesa¹⁰

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Seiça Neves (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹¹

“Mais uma vez boa-noite a todos Senhores Deputados, Senhores Vereadores. Uma palavra em relação portanto aos assuntos aqui trazidos pelos munícipes.

Em relação à intervenção da cidadã Paula Alexandra dos Santos, o PCP saúda portanto a sua intervenção. Compreendemos a importância e o papel que os voluntários têm desenvolvido no canil e igualmente valorizamos muito a contribuição que tem dado na salvaguarda de umas condições dignas para os animais. Estamos cientes igualmente da degradante situação em que se encontram atualmente aqueles animais! E nesse sentido o nosso apoio à Câmara Municipal, para que de facto faça-se um projeto de intervenção no canil, com todas as obras necessárias, no sentido de licenciar aquele canil de acordo com a Lei em vigor. Ou seja, jaulas com tamanho regulamentar, marquesas para intervenções, enfim! E em nossa opinião também seria possível de forma a dignificar ao máximo o tratamento dado aqueles animais, que portanto se

pudesse fazer um acordo eventualmente com municípios vizinhos, para salvaguardar uma situação portanto provisória até à resolução integral do problema. Nós em reunião que tivemos com a Câmara Municipal, já há algum tempo atrás, a propósito das GOP, foi-nos colocado pelo Vereador que a solução para o problema poderia passar por uma solução intermunicipal, nomeadamente doando, arranjando-se um grande terreno, bom para os animais, onde eles pudessem portanto desenvolver, crescer e estar num ambiente sadio e portanto com toda a dignidade. E queríamos que essa fosse uma decisão que rapidamente a Câmara poderia pensar.

Nós ainda questionamos a Câmara em relação a este assunto num aspeto. É que de facto existe uma obra junto do matadouro que ficou conhecida como um projeto de construção de um canil municipal, obra que aparentemente se encontra abandonada e nós temos que saber portanto em que pé se encontra esse trabalho.

Em relação ao munícipe Carlos Almeida. Naturalmente saudamos igualmente a sua intervenção e partilhamos igualmente das preocupações que ele tem em relação às acessibilidades daquela zona das Agras, quer a ligação à A25, quer ao centro da cidade. A solução para Esgueira já estará encontrada, partilhamos dessa preocupação, mas partilhamos também essa preocupação como muitos outros munícipes de outras zonas de Aveiro que atualmente tem problemas sérios portanto de circulação rodoviária nessas zonas.

A semana passada o PCP apresentou um requerimento aqui na Assembleia Municipal, a propósito da situação em que se encontra por exemplo o cruzamento de ligação ao Hospital de Aveiro, Universidade/Rua da Pêga, que atualmente se encontra portanto em sinal amarelo constante, e a verdade é que é uma zona de perigo, porque é uma zona de aceleração e de facto a situação da sinalização rodoviária do município é de facto uma preocupação que merece ser respondida.

Por último em relação ao Senhor munícipe Joaquim dos Santos. O PCP em relação às novas taxas, apresenta um conjunto de preocupações que já foram aqui expressas. Em relação nomeadamente à taxa por exemplo (para não ser extenso) sobre as dormidas no concelho de Aveiro. Nós colocamos várias objeções: a primeira não é um sinal de hospitalidade; igualmente consideramos que é uma medida que irá portanto dificultar portanto a chamada, a vinda de mais turistas ao nosso concelho.

Ainda consideramos que a legalidade muitíssimo duvidosa! A implementação desta taxa, basta ver a diferença entre o que é uma taxa e um imposto e facilmente se percebe que no mínimo é duvidoso do ponto de vista legal que seja a Câmara Municipal de Aveiro a criar esta taxa.

E ainda temos outra dúvida que é em relação à sua própria constitucionalidade. Nomeadamente se a imposição desta taxa não irá contra nomeadamente o direito à privacidade que as pessoas têm.

Assim, em suma, o regulamento que irá ser discutido aqui mais à frente em relação a estas taxas, da parte do PCP, tem desde já um conjunto de objeções bastante significativas. Disse.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[012](#)

“Boa-noite a todos os presentes. Começo pela cidadã Paula Alexandra dos Santos, a quem agradeço a intervenção em nome da bancada do BE. Mas quero agradecer a esta cidadã particular, muito mais do que a intervenção. Quero agradecer também sinceramente o seu trabalho voluntário que é necessário e, mais necessário ainda, porque a Câmara Municipal de Aveiro também nesta matéria é uma nulidade. Repito: — é uma nulidade!

Voluntários do canil municipal de Aveiro, existe uma expressão que se usa muito em Portugal e que se destina a qualificar quem age com má-fé. É que não é uma questão qualquer e nem sequer tenta disfarçar ou disfarça mal, as reais intenções do que faz. Essa expressão é: “não ter vergonha na cara”.

Esta Câmara nesta matéria “não tem vergonha na cara”! Porque é preciso não ter vergonha na cara para proibir a entrada de voluntários no canil municipal — e ainda por cima justificar essa proibição com uma pretensa deliberação da Direção Geral de Veterinária!? Não faz sentido!

O que a Vereadora está a fazer é política baseada naquilo que é da sua esfera pessoal. Está amuada ou coisa parecida e reage emocionalmente; mas não pode ser assim!?

Tem que haver uma definição da política relativamente aos animais. A política desta Câmara relativamente aos animais é zero. Ou melhor: é pior que zero! Porque às vezes parece que é melhor estar quieta do que fazer seja o que for.

O que está por trás desta proibição aos voluntários de entrarem no canil municipal não é nenhuma deliberação. Repito, não é nenhuma deliberação. É sim, primeiro, o desprezo total que a Câmara tem no que se refere ao bem-estar animal. Depois é também uma perseguição pessoal ao voluntariado neste caso.

Isto é tão óbvio que a Câmara ainda não cumpriu com as obrigações a que está obrigada pela Direção Geral de Veterinária. E que repito, para além de melhorar as condições dos animais, são para cumprir. Portanto a Câmara está neste momento numa situação de ilegalidade para além de numa situação política ser uma situação política injusta e frágil.

A Câmara está sem vergonha, sem cumprir a Lei. E depois proíbe os voluntários de nos domingos e nos feriados procederem à alimentação e à higiene dos animais. E repito, é uma vergonha!

Cidadão Senhor Carlos Alberto de Almeida, relativamente à Avenida das Agradas. É verdade que Aveiro está a crescer sem aquilo que se pode chamar uma sustentabilidade urbana razoável. Mas isso é em muitos aspetos também naquilo que refere, mas não apenas no plano rodoviário. Também por exemplo na mobilidade, como um direito fundamental dos cidadãos. Por exemplo: é curioso que a última grande medida desta Câmara anunciada para o uso dos transportes públicos e coletivos em Aveiro seja aumentar o número de estacionamentos pagos!? Ou seja, a Câmara sabe que as pessoas vivem com tão pouco dinheiro que ao cobrar mais para as pessoas estacionarem elas têm que andar de autocarro.

O problema é que os autocarros quase já não existem. É uma política rodoviária errada, numa cidade em que as pessoas dependem do seu carro particular para se moverem e não há nenhuma alternativa a isso.

Eu conheço essa Avenida, conheço o que está acontecer nessa Avenida, e tenho exatamente as mesmas preocupações. Fico à espera de uma resposta do executivo.

Finalmente o cidadão Joaquim dos Santos. É verdade que Aveiro é mesmo uma cidade quase morta. Sim, não tenhamos dúvidas que Aveiro está a morrer por responsabilidade direta da política de direita, tanto da que está no poder local como a que está no poder central. E o mínimo que deve e pode acontecer já é um diálogo entre o executivo e todas as forças vivas da cidade. Todas elas. Comércio tradicional, agentes culturais, desportivos, etc., só que há um problema aqui nesta Câmara. É que a definição de democracia participativa para este executivo é muito simples e boa: “podem participar desde que concordem connosco”. Muito obrigado.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[013](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Mais uma vez quero saudar realmente a presença do público nesta Assembleia, que é sempre de salutar e é uma forma realmente de a democracia funcionar na nossa cidade.

Relativamente às intervenções que aqui foram feitas eu quero referir que a questão do canil, penso que realmente é um caso bem mais sério do que aquilo que aqui foi apresentado. Porque é até uma questão de saúde pública. E portanto, aí é que a Câmara tem que resolver o problema e tem que realmente tentar fazer. Eu até propunha tentar arranjar um canil

intermunicipal, ter uma forma de conseguir criar um canil intermunicipal, em que todos esses animais dos concelhos, pelo menos os mais limítrofes, Albergaria, Estarreja, Ílhavo e Vagos, por exemplo, pudessem estar todos num só sítio.

Também quero referir aqui que há muitos lugares, mas onde é muito mais trágica esta situação é em Aveiro. Há muitos lugares onde os animais são apanhados e ao fim de cinco dias são mortos. Isso realmente é que é confrangedor. Nós aqui ainda conseguimos com menos ou mais dificuldade e com menos ou mais voluntários e com menos ou mais voluntariado, ainda conseguimos realmente que os animais sobrevivam e arranjam algum espaço para eles. Agora a legislação tem que se cumprir! Se realmente o canil, poderá não estar nas melhores condições, poderá não estar aquilo como nós gostaríamos, mas realmente já temos lá alguns voluntários que estão a fazer um bom trabalho.

Agora toda a gente tem regras. E essas regras têm que se cumprir. Se a Direção Geral de Veterinária devido às condições que o canil está, (não sei se por culpa da Câmara ou deixa de ser) não autoriza realmente o livre acesso a todo o canil, pois isto tem de se cumprir. Porque se não, a Câmara é que vai mais uma vez ser afetada por todas essas situações — e é isso que nós também não queremos.

Portanto eu acho que isto terá que haver um consenso de facto, terá que haver uma conversa, várias reuniões realmente, para se conseguir primeiro tentar arranjar um espaço, com capacidade e com garantias e um espaço intermunicipal para os custos poderem ser divididos por todos, para realmente os animais não sejam mortos como acontece em tantos outros concelhos. Isso é que é dramático, com isso é que eu fico triste.

Em relação ao amigo Joaquim Santos. Pois realmente eu acho que as taxas que estão pensadas para estes novos regulamentos, que atingem diretamente o turismo, tanto seja o turismo náutico, como o turismo hoteleiro a nível de camas, a nível de dormidas, para além de Aveiro já ser uma cidade portajada por todos os cantos (parece que estamos em Londres) é a única cidade do país onde temos portagens a norte, sul, este e oeste! Além de Aveiro ser uma cidade que está agora a viver para o turismo, porque se vocês forem ver bem as estatísticas o turismo em Aveiro há coisa de cinco, seis anos, é que está a desenvolver, é que está a singrar, vamos ainda mais apertar todo este cerco? Vamos dar cabo da galinha dos ovos de ouro?

Por amor de Deus. Vamos lá ter um bocadinho de senso nestas situações! Além de estas medidas que agora se calhar a Câmara está a pensar em colocar apenas irão se calhar beneficiar os concelhos limítrofes. Porque se em Aveiro se paga uma taxa as pessoas vão para os concelhos limítrofes do lado, vão para Vagos, vão para Ílhavo, vão para Estarreja, para Albergaria. Isso será bom para a cidade? Será bom para o concelho de Aveiro? Muito obrigado Senhor Presidente.”

Presidente da Mesa⁰¹⁴

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁵

“Excelentíssima Câmara, boa-noite a todos. Queria fazer uma declaração genérica em primeiro lugar, agradecendo as intervenções que aqui foram trazidas, que são todas pertinentes, e elas de facto espelham e têm um denominador comum que é aquilo que enfim, nós já vamos estando habituados, que é a falta de diálogo desta Câmara com os cidadãos e com as pessoas.

E de facto é a prova acabada de que esta Câmara Municipal não sabe construir qualquer tipo de pontes, nem estas, nem outras! Em relação à questão do canil. A questão do canil já é uma questão antiga. Já aqui o PS há cerca de um ano trouxe esta problemática à Assembleia Municipal, nomeadamente em relação à possibilidade de a Câmara no âmbito da CIRA procurar debelar e aferir da possibilidade de construir uma solução intermunicipal para o efeito.

A Câmara tem um esqueleto de obra que enfim, que custou dinheiro à edilidade, e que neste momento não passa disso. E a solução que temos hoje em cima da mesa é uma solução que não satisfaz nas instalações paupérrimas que já foram aqui amplamente descritas. Onde, o que era urgente aqui era que o Senhor Presidente pudesse esclarecer a Assembleia e os cidadãos aveirenses de qual vai ser efetivamente a política e a estratégia, para debelar este problema. Porque não é aceitável 1 - que a Câmara de Aveiro tenha os seus animais instalados nestas infraestruturas que são degradantes. 2 - Que esta questão de divergência e de críspação entre o próprio executivo e os voluntários, seja rapidamente debelada, porque a Câmara não tem capacidade, ela própria de satisfazer as necessidades do canil e estar a cortar essa possibilidade a cidadãos que livremente o querem fazer. Não faz qualquer sentido. 3 - Que possa esclarecer, se faz ou não intenção de seguir esta sugestão que já foi aqui trazida e que também é sufragada por outros setores, de poder no âmbito institucional da CIRA, poder procurar uma solução eventualmente de compromisso entre os vários municípios para tentar debelar este problema, porque se afigura difícil que o consiga ou saiba fazer sozinho.

Em relação à questão das Agradas do Norte, a questão é complexa, mas do ponto de vista político é simples, é preciso que haja transparência e clareza com os cidadãos que lá vivem e com a cidade, para podermos perceber efetivamente quais vão ser as alternativas ou alternativa que para lá está prevista. Não é aceitável, que no estado que está o desenvolvimento da obra, ainda haja dúvidas de como é que ela vai acabar. É inaceitável e este problema já devia estar resolvido há alguns anos, não é alguns meses, é alguns anos. Já não devia haver dúvidas de quais as soluções urbanísticas e rodoviárias para aquela situação.

Em relação aos Regulamentos, é a prova acabada do facto da Câmara estar de costas voltadas para quem diverge da própria Câmara. E as soluções da Câmara são para ser escrutinadas, escrutinadas nos Órgãos próprios e para serem também escrutinadas pelos cidadãos, porque só assim se conseguem enriquecer as propostas e tentar um amplo consenso em matérias que são difíceis e a Câmara não tem sabido fazer isso, aliás a tentativa frustrada e disso falaremos a seguir ou praticamente frustrada de que está a ser alvo a questão do Orçamento Participativo, bem ilustra isto que acabo de dizer. Disse.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

“Obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Primeiro que tudo, obviamente saudar a intervenção de todas as pessoas que fizeram o favor de vir aqui assim apresentar os seus problemas e as situações que na sua opinião vão menos bem neste município e é precisamente este o local próprio para isso e não podemos ficar de forma alguma, com alguma animosidade, nem tão pouco com algum amargo de boca por as pessoas o fazerem. É natural, é normal, é a democracia, é assim mesmo. Agora o que é importante também é ouvir o contraditório. Ou seja, ouvir o que é que a Câmara Municipal tem para dizer. E por isso algumas destas situações eu quero crer que tenham resposta por parte da Câmara Municipal e algumas das informações que previamente aqui foram apresentadas, podem padecer da impulsividade natural da política que, ao ser tão impulsiva, por vezes é tão injusta.

E por tal, eu relativamente, e vou falar do que a Senhora Paula dos Santos falou, sobre o canil. Uma primeira análise. Acho que o que se deve cumprir é o que está legalmente aceite, o que é legalmente permitido. Achamos que o voluntariado é fundamental e cada vez mais fundamental até nestas situações. É uma prova de civismo e deve ser tanto quanto possível cada vez mais permitido e facilitado esse tipo de boa vontade de todas as pessoas. É civismo a funcionar e portanto daí o nosso agrado e sempre estaremos de acordo com isso. Agora também achamos que as regras devem ser cumpridas e por isso gostaríamos da parte da Câmara Municipal de Aveiro, ouvir o que a Câmara tem para dizer sobre este assunto.

Também achamos que este é um assunto que no âmbito da CIRA era um assunto que deveria ser discutido e analisado, até para minimizar os recursos que são despendidos, mas sempre de

forma a que os animais obviamente tenham as suas condições melhoradas e sejam dignas as condições que devem ter.

Relativamente ao Senhor Carlos Almeida, completamente de acordo. Eu acho que com aquele trajeto de mobilidade que é criado na zona das Agradas, pode haver ali assim situações menos conseguidas de trânsito. Eu espero que a Câmara também nos responda a esta situação, porque prevê-se que aquele seja um ponto com fluxo de trânsito bastante elevado. É uma obra que é uma mais-valia para a cidade de Aveiro, sem dúvida nenhuma que é uma mais-valia para a cidade de Aveiro a nível de mobilidade. Agora, como é óbvio portanto gostaríamos também de ver respondidas essas questões que foram aqui colocadas pelo Senhor Carlos Almeida.

Finalmente, relativamente ao Senhor Joaquim Santos, a questão relacionada com os regulamentos. Nós também vamos analisar esses regulamentos após a discussão pública, porque já houve a discussão pública. Vamos analisar obviamente estes regulamentos. Relativamente a este Ponto, nós reservamo-nos para a discussão do Ponto que existe na Ordem de Trabalhos. Disse.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[017](#)

“Quanto ao assunto colocado pelo Senhor Carlos Almeida, gostaria de aprofundar, de averiguar com pormenor a preocupação que nos trouxe aqui. Vou pedir para daqui a pouco para me dar o contacto para depois lhe ligar para irmos ao local, ou falarmos, conversarmos com plantas à frente, para percebermos rigorosamente aquela que é a preocupação que nos trouxe.

Quanto ao assunto do Senhor Joaquim dos Santos. Os assuntos mais específicos que aqui nos trouxe serão abordados no âmbito da discussão dos respetivos Regulamentos. Pelo que me permita apenas uma ligeira correção em relação ao que aqui disse.

Afirmou que a Câmara quer que a gente venha a pagar estas novas taxas. Penso que se refere às dos moliceiros e às dormidas nos hotéis. Ora isto merece uma correção, porque a gente, nós os aveirenses, como é evidente não iremos pagar nomeadamente as taxas por dormida no hotel.

O que tem acontecido, a verdade do que tem acontecido até hoje, é que a gente, a gente sozinhos, os aveirenses, temos vindo a pagar os muros da ria, temos vindo a pagar a limpeza, temos vindo a pagar os custos de preparar a cidade para estar com o mínimo de dignidade e decência. Estamos a pagar agora por exemplo um custo avultado pela subida das pontes — sozinhos até agora, sozinhos, a gente é que tem vindo a pagar isso tudo.

Naturalmente que o que se pretende com isto é dar alguma equidade e alguma justiça.

Neste momento, se um visitante pretender por exemplo fruir do prazer de uma viagem de moliceiro, e muito bem, isso significa que ele tem o prazer de fruir da viagem, beneficia dessa vantagem — os operadores recebem o dinheiro todo por inteiro, ficam com o lucro todo e nós, a gente, limita-se a pagar os custos todos que estão ligados a essa atividade. Isto como é evidente não é justiça!

Parece-nos muito mais justo que esses custos possam ser repartidos entre as partes. Mas na altura própria nós iremos falar sobre o assunto.”

Vereadora Maria da Luz Nolasco:[018](#)

“Muito boa noite, à Presidência da Assembleia Municipal, Secretariado, aos Senhores Deputados Municipais, aos digníssimos munícipes aqui presentes.

Cumpre-me também agradecer em primeiro lugar o trabalho que tem sido feito pelos voluntários de uma forma geral. Há voluntários na autarquia a funcionarem em várias áreas, desde a biblioteca, museus, na ação social, nos bairros sociais, enfim, em várias áreas e também no canil.

Mas aos que aqui estão presentes hoje (e que se reportam ao canil), quero também expressar publicamente o meu agradecimento pela ajuda que têm dado.

Estes últimos tempos, essa ajuda não tem sido enfim, muito explícita, pelo menos manifestamente correta! E é sem amuos e sem rancor que falo porque não comungo desses sentimentos (para responder ao Senhor deputado), mas custa muito ver continuamente emails que pouco apelam à boa dignidade que todos nós devemos ter, chamando coisas muito, enfim, que eu considero injustas. Até pela forma como o próprio Veterinário abriu as portas, também, e tem colaborado e como se tem articulado os trabalhos naquele canil. Não está a tempo inteiro, vocês sabem disso.

O tratador está a tempo inteiro e penso que ele tem trabalhado em comum convosco. As condições não são as melhores!?! As condicionantes de várias ordens tem levado a que se tem feito apenas aquilo que é básico, é verdade. Mas é um trabalho que eu acho que se tem vindo a fazer a montante e a fundo, e com preceito, pelo senhor Veterinário que é, nomeadamente trabalhar na adoção de animais.

Tem feito com a vossa colaboração. Tem feito com a colaboração das Associações também. E tem feito uma rede de contactos que ele próprio vai estabelecendo.

Custa muito realmente receber coisas que apelam para situações, enfim, que eu acho caluniosas não só para ele como também algo que eu nem reconhecia, nem nas pessoas que ali vão, ao facto de dizerem “por favor, vamos aqui estar todos juntos, vamos massacrar, vamos dizer até que nem vai em condições de trabalhar...”. Coisas incríveis que não queria sequer acreditar que fosse verdade! Enfim.

Quanto ao trabalho que ali está a ser desenvolvido, há lá muito que fazer. As obras já estavam elencadas e quero-vos dizer que, quando vos respondo de uma forma geral e tento pelo menos ser mais coerente e vos respondo com a Lei. Ela não está fora da verdade.

E posso dizer aqui, para que fique então bem claro que, relativamente a este assunto, houve realmente visitas. Três visitas de Inspeção pela Direção Geral de Veterinária, e que uma que já foi realizada em agosto de 2011, foi realmente dito pelas pessoas que ali se deslocaram que registavam a presença de pessoas estranhas que circulavam por todas as instalações, o qual devia ser limitado dado tratar-se de um local com vocação sanitária, com o objetivo primeiro de preservar a saúde animal e pública e a segurança dos cidadãos. Isto foi considerado pela DGV, que a Câmara considerando, determinou que deve ser providenciada porque no sítio em funcionamento, a zona em que se situa o alojamento, seja de restrito acesso dos seus funcionários.

Como aquele canil não tem realmente uma zona separada da parte privada onde os animais estão e aquela que depois seria dada a quem os quisesse sociabilizar e passear, e enfim andar com os animais, isso não é possível.

Como sempre o canil foi um espaço aberto à participação de quem quisesse ajudar e ali articular-se também com o veterinário e com aqueles serviços. Nunca houve sequer essas restrições. Mas realmente isto é impeditivo de Lei, que nunca quisemos acionar nem pôr em prática.

De qualquer forma achámos que não podíamos continuar com essa mesma situação e, portanto, aquilo que resolvemos agora fazer é dar início às obras que já deviam ter tido lugar há muito tempo — e nisso tem toda a razão.

Temos neste momento apoios, alguns mecenas, que foram conseguidos interiormente (pena que também não venham do ponto de vista dos próprios voluntários), embora se tivessem prontificado a arranjar um esquentador em tempo, que também demorou a aplicar; mas que foi aplicado.

Foram feitas limpezas, foram feitas muitas coisas. Mas também acredito que vocês nem sempre têm possibilidade de arranjar os vossos mecenas e apoios. Portanto temos que dar tempo ao tempo de ambos os lados e foi isso que nós fizemos. De qualquer forma gostaria de dizer ainda que não vale a pena também preocuparem-se de momento. As obras vão realmente ter lugar.

Neste momento no canil existem onze animais e eles vão ter temporariamente que serem deslocados. Vão passar para as instituições da zona (e não só), e vão também para um canil oficial mais próximo. E porquê? Porque não vamos fazer obras com animais lá dentro. É isso que nós vamos fazer. Portanto é isso que vamos prosseguir. Vamos dar início às obras e vamos ter que aguardar por melhores dias. Não tenho muito mais a dizer.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰¹⁹

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰²⁰

“Aquilo que tem acontecido desde pelo menos este mandato e para com os partidos políticos, esta Câmara (e agora extravasou de forma indecente para o público), o Senhor Presidente da Câmara insiste em não responder às questões que lhe são colocadas!? E o nosso concidadão Joaquim Varela veio aqui colocar uma questão muito concreta porque queria pronunciar-se sobre uma proposta concreta que está na Ordem de Trabalhos desta Assembleia. E aquilo que ele veio cá dizer é que lamentava que não tenha podido discutir essa proposta, porque a proposta não existe. E o Senhor Presidente da Câmara mais uma vez não respondeu a esta questão concreta, como nunca responde às questões concretas que são colocadas quando se passam este tipo de situações com os partidos políticos desta câmara como é o caso. Esta Assembleia Municipal foi convocada para discutir o Relatório de Contas e neste momento os deputados municipais não têm o Relatório e Contas. E portanto esta é que é a questão e o Senhor Presidente teima em continuar a não responder àquilo que lhe é colocado — e é um mau exercício de democracia. Muito obrigado.”

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa deu início, nos termos regimentais, ao período de antes da ordem do dia.⁰²¹

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²²

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, excelentíssimos Senhores Deputados e mais presentes. A mando da Troika e da gerência externa, o Governo PSD/CDS com o apoio encapotado de uma pretensa oposição PS, prossegue o rumo de destruição do país, de afundamento da economia nacional e de ataque aos direitos económicos e sociais da população. O PCP trás hoje a esta Assembleia outros dois exemplos da desgraçada situação. Na saúde os cortes nos Orçamentos chegam aos 20% entre 2011 e 2013. E esta diminuição brutal do financiamento do Serviço Nacional de Saúde, menos quinhentos e cinquenta milhões de euros em 2012 e menos trezentos e setenta e cinco milhões de euros em 2013, acompanhada de brutais aumentos nas taxas moderadoras e noutros serviços e de ainda outros cortes noutros serviços prestados aos doentes, é também feita em muitos casos à custa da recusa sub-reptícia de tratamento de doentes e recusa encapotada da realização de meios comprobatórios de diagnóstico. Trazemos hoje o exemplo do Hospital Infante Dom Pedro em Aveiro. De acordo com testemunhas de utentes, a Administração do Hospital de Aveiro com a ajuda pelos cortes orçamentais e pela possível criminalização da sua gestão, estará a recusar o tratamento

de doentes, nomeadamente doentes oncológicos. Essa alegada recusa não é apresentada formalmente, mas antes escondida atrás de problemas informáticos, que nunca aconteceram no passado, que acabam por protelar o início dos tratamentos para além do prazo estabelecido. Outras informações apontam também para planos que visam acabar com consultas de oncologia, transferindo os doentes para outras unidades. Isto implicará uma perda de qualidade nos cuidados pelos problemas inerentes à transferência dos processos e um aumento de custos para os doentes que terão que se deslocar para mais longe. Os exames complementares de diagnóstico estarão também a ser alvo de recusa por parte da Administração hospitalar. Na prática e de acordo com os relatos que nos chegam, a Administração recusa numa primeira fase a Maioria dos pedidos de exame. O médico responsável pelo doente quando confrontado com a recusa e pensando no superior interesse do doente, dirige-se pessoalmente à Administração que acaba por aceitar o pedido de exame. Ao mesmo tempo que esta situação se passa, o Governo prossegue políticas de apoio aos interesses dos grandes grupos económicos, com interesses no setor da saúde, seja através dos seus negócios próprios, seja através de ruinosas parcerias público ou privadas, que também a esse setor se estendem. Outra área de ataque da Troika e do governo PSD/CDS e mais uma vez com o apoio encapotado do PS é o trabalho. Vejamos o recente acordo de concertação social firmado pelo Governo, pelo patronato e pela UGT, com o patrocínio do Presidente Cavaco e a associação do PS. O que aí vem é mais exploração dos trabalhadores, eliminação de quatro feriados e três dias de férias, imposição pelo empregador de dias de férias, um banco de horas mais agressivo, podendo chegar às 12 horas por dia e sessenta horas por semana. A eliminação do descanso compensatório pelo trabalho em dias de descanso, redução do pagamento por horas extraordinárias ou por trabalho em dias de descanso. Legalização do despedimento arbitrário sobre o novo conceito da inadaptação. Esta é uma política de classe, contra os trabalhadores e o país, uma política rapina, uma política de concentração de riqueza e dolo económico e de lapidação do património nacional e que mais não é que a consagração legal das aspirações dos grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, o rumo de distribuição dos direitos económicos políticos, sociais e culturais dos trabalhadores e do povo, o rumo de crescente exploração, precariedade, desemprego e miséria.”

Vogal Rui Maio (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[023](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Queria começar por cumprimentar todos os presentes e saudar a presença dos nossos munícipes. Eu queria começar a minha intervenção por uma análise que tivemos na última semana em relação às notícias que foram surgindo da empresa Makro, que numa conferência de imprensa anunciou o despedimento de mais de trezentos trabalhadores. E anunciou também nessa conferência de imprensa o encerramento da loja da Makro em Aveiro. Esta informação surgiu depois da própria empresa ter proposto a rescisão do contrato por mútuo acordo a todos os 1500 trabalhadores efetivos que tem neste momento em Portugal. Os trabalhadores da loja de Aveiro que são cerca de 58 (se não estou em erro), serão objeto de despedimento coletivo, pelo menos é isso que nos indica a empresa.

E queria aqui deixar uma palavra, uma manifestação de solidariedade, para com os trabalhadores da Makro que estão com os seus postos de trabalho em risco e o BE considera que devem ser realizados todos os esforços, para garantir a manutenção destes postos de trabalho. Relembramos aqui, que a Makro é uma empresa que faturou quatrocentos milhões de euros em 2010 e portanto torna-se necessário perceber quais são os motivos, para estes despedimentos indicados agora pela empresa e portanto temos também de garantir que não são os trabalhadores a pagar pelos resultados das escolhas dos acionistas, pois estes foram recorrentemente compensados pelos lucros da empresa. Também como todos sabemos a criação de empresas ou lojas é muitas vezes acompanhada por apoios quer à sua atividade, quer à criação de emprego. E é portanto necessário avaliar se isto aconteceu no caso da

Makro e como foram utilizados esses recursos. Por outro lado é necessário garantir que os direitos dos trabalhadores estão a ser respeitados. O Presidente de Câmara Élio Maia esteve no lançamento da primeira pedra desta loja em Aveiro e oito meses depois na inauguração da loja. Destacou o Presidente Élio Maia nessa Sessão, a rapidez da construção da loja, declarando que se tratava de um privado e que acreditou que seria possível levar a construção da loja para a frente, acrescentando que é bom lidar com pessoas que cumprem aquilo que prometem. E portanto o Senhor Presidente desde a primeira hora destacou-se no papel de apoio que prestou publicamente aos administradores da Makro, mas até agora perante este abuso e perante estes despedimentos, ainda não lhe ouvimos uma única palavra! Não sei se isso significa, que o Senhor Presidente está do lado da empresa, que fatura milhares de milhões e que portanto não apoia e que não está do lado dos trabalhadores que estão a ser despedidos e que estão a ser ameaçados e por isso queria aqui deixar duas questões, a primeira é se o executivo tem acompanhado a situação económica da Makro? Se sim, se considera que esta decisão de encerramento é inevitável? Em segundo lugar, o BE pretende saber se existiram apoios públicos dados por este município à Makro, para a sua atividade? Se sim, caso tenha havido quais foram esses apoios? Onde é que eles foram prestados? E em que montante é que eles foram oferecidos ou dados? Que responsabilidade é que irá agora o executivo exigir à Makro, pela utilização desses mesmos apoios no caso de eles serem terem existido? Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[024](#)

“Boa noite a todos. Eu queria aqui trazer um assunto, um tema, precisamente porque estamos na semana em que se vai celebrar mais um 25 de Abril, mas aquilo me trás relativamente a esta questão é o seguinte, não há dúvida, eu nasci em 1968 e portanto nessa altura era pequeno e não posso dizer que sofri na pele aquilo que poderá ter sido o fator menos de 40 anos de ditadura, mas tenho uma perceção hoje, aquela que é a realidade. O 25 de abril abriu horizontes, trouxe liberdades económicas, políticas e sociais. Trouxe os partidos políticos, trouxe os sindicatos e trouxe um conjunto de condições para que se tivessem criado instituições de vária ordem. Eu numa pesquisa que fiz, sobre um determinado trabalho, denominado a escolha dos portugueses e o projeto farol, que resulta de um inquérito que foi feito pela consultora JFK, esse trabalho traz-nos uma triste realidade e a realidade é o seguinte: cerca de metade dos portugueses considera que estamos pior hoje do que antes do 25 de Abril! 78% dos portugueses, acredita que o país está a caminhar na direção errada! 90% dos portugueses desconfia da classe política e dos governos! 89% desconfiam dos partidos políticos e 84% da Assembleia da República. Isto para dizer o quê? Se calhar neste caminho, todos os ideais de abril, se não uma grande parte, estarão em causa! E a culpa, uma grande culpa é da classe política deste país, que desde o 25 de Abril da esquerda à direita, tiveram a possibilidade dada pelo povo para governar. Mas obviamente a melhor parte ficou para a classe política, porque pelos vistos, por esta sondagem, se há 40 anos atrás estava mal, hoje não estamos melhor.

E depois, para não estar a falar de cor, como todos sabemos, temos os tristes exemplos e um deles dou hoje uma triste noticia que me diz assim “quando daqui a quatro anos deixar a presidência da república, Cavaco Silva não deverá poder juntar uma subvenção política às pensões de dez mil euros brutos, mas uma coisa é certa, os quatro ex-presidentes da república custam um milhão/ano ao Orçamento da Assembleia da República.

Somem agora todos os políticos deste país, de Câmaras, Vereadores, ex-chefes de Estado, por aí fora, com subvenções políticas, porquê? Porque tiveram o seu ordenado e descontaram para isso — não têm direito a nada mais. Foram para lá porque o povo escolheu e saíram por opção ou porque o povo decidiu que não tinham condições para continuar. Isto para lembrar que cabe a estas Assembleias, a nossa e outras, por vezes esquecermo-nos um bocadinho do

papel de deputado. Mas quero alertar que se este é o caminho a seguir, tenho muitas dúvidas que o 25 de Abril seja de facto aquilo que todos esperávamos. Disse.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰²⁵

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁶

“Exmo. Senhor Presidente, executivo, caros colegas, munícipes boa noite. A minha questão neste período prende-se com a Lei 8/2012, que como sabem aprova as regras para a assunção de compromissos e pagamentos em atraso.

Eu gostaria de saber, gostaria de colocar duas questões ao executivo sobre esta Lei. Gostaria de saber em primeiro lugar se o Executivo já diligenciou no sentido de perceber quais os impactos que esta Lei irá ter na atividade diária e corrente da Câmara Municipal de Aveiro? Segundo ponto, gostaria também de saber se a vigência dessa Lei está relacionada com alguns sinais exteriores de atraso para o pagamento de alguns compromissos que têm aparecido ultimamente e que se relacionam também com a atividade diária da Câmara. Obrigado.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁷

“Senhor Presidente, caros colegas. A minha intervenção é no sentido de vos dar a conhecer, que considerando, que desde que fui eleito representante da Assembleia Municipal no Conselho Geral do Hospital de Aveiro, considerando que não houve uma única reunião, portanto não tive a oportunidade de aperceber-me sequer dos problemas do Hospital para o qual fui mandatado, deliberei renunciar ao cargo, pedindo portanto ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o favor de proceder à minha rápida substituição. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰²⁸

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁹

“Senhor Presidente, excelentíssima Câmara, esta minha intervenção tem a ver com a questão da reorganização administrativa e a questão é simples. Em face das alterações à proposta de Lei que esteve em discussão pelo país fora, nomeadamente no que se refere à obrigatoriedade de as Câmaras Municipais terem que se pronunciar sobre o mapa de reorganização administrativa do seu município e também passando a haver obrigatoriedade de as Assembleias de Freguesias emitirem parecer sobre essa matéria, eu gostaria de saber junto do Senhor Presidente da Assembleia e sobretudo junto do Senhor Presidente da Câmara algumas coisas. Primeiro, em face das declarações públicas do Senhor Presidente da Câmara contra a proposta que estava plasmada e que foi discutida também entre os partidos políticos de Aveiro e em que basicamente todos se pronunciaram contra, havendo agora a obrigatoriedade da Câmara emitir parecer, a pergunta que se levanta é, que opinião é que a Câmara Municipal pretende dar nesse parecer? Qual o sentido? Como quer ou pretende fazer essa agregação? Que parâmetros pretende utilizar ou que requisitos? Ou se pura e simplesmente enfim, não o vai fazer, o que me parece não ser uma opção em face da proposta de Lei que foi aprovada. Em segundo lugar gostaria de saber também, da parte da Mesa da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente, qual é a estratégia que vai adotar, para se reorganizar o mapa administrativo do município? Portanto qual é a estratégia que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pretende adotar, para elaborar um método de trabalho na Assembleia Municipal, se assim for entendido, para que a Assembleia Municipal se pronunciar e é o Órgão autárquico que o vai fazer em última instância, para aprovar o mapa administrativo? E portanto eu penso que isso é uma questão que deve ser tratada rapidamente, até porque muitos dos municípios portugueses e um bom par deles do distrito de Aveiro, já têm metodologias já definidas e trabalho já feito no âmbito das Assembleias Municipais sobre essa matéria,

portanto agora a novidade basicamente tem a ver com a obrigatoriedade de parecer que as Câmaras têm que dar e que não eram realidade espelhada na proposta anterior, e também das Assembleias de Freguesia, donde? Repetindo, a Câmara saber qual é a ideia que pretende dar e isso hoje pode levantar o véu daquilo que pretende fazer, é uma questão premente para o município e saber que metodologia é que a Assembleia Municipal pretende adotar ou se isso ficará para uma reunião de conferência de líderes, que a realizar-se reputaria de muito urgente. Disse.”

Presidente da Mesa:⁰³⁰

“As suas palavras são extremamente assertivas. Como sabemos em sede de Comissão Permanente, a própria Comissão Permanente assumiu este tema e assumiu já há alguns meses. Fizemos aliás a primeira e até hoje única iniciativa pública participativa, em termos dos cidadãos, em relação a esta matéria. E de modo urgente convocarei de novo a Comissão Permanente para assumir e não se entorte esta questão extremamente, enfim, a ponderar este assunto substancial para o futuro de Aveiro.”

Vogal Paulo Jesus (PS)⁰³¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰³²

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰³³

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰³⁴

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰³⁵

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰³⁶

“Senhor Presidente, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, caros concidadãos. Em relação à Lei 8/2012, tal como eu já traduzi em termos municipais, o município de Aveiro já habitualmente faz este tipo de análise em relação àquilo que é um vulgar fluxo de caixa. Que não é nada mais do que se pretende com a Lei. Sendo que os problemas para o município de Aveiro advém do facto de o objetivo desta Lei, ser a redução do prazo médio de pagamento a entidades de terceiros.

Em nenhum dos municípios portugueses esta redução é linear. O que significa que mesmo os municípios com excelente situação financeira podem incorrer em problemas resultantes do mesmo. Quanto aos procedimentos em concreto, não há nenhum processo a decorrer à exceção daqueles que vêm em reunião de Câmara.

Quanto à Lei da Reforma Administrativa, o município de Aveiro ainda não se pronunciou uma vez que a mesma está para promulgação do Senhor Presidente da República, o mais alto órgão da Nação e, portanto, não sei se a mesma será promulgada tão cedo.”

Presidente da Câmara:⁰³⁷

“Só duas ou três notas. Quanto à Makro, ao tomarmos conhecimento da situação, prontamente marcámos uma reunião com a Administração para tentar avaliar aquilo que se estava a passar. A informação que nos foi prestada foi que face à situação de crise nacional e internacional, que é conhecida de todos, a Makro como forma de salvaguardar os 1500 postos de trabalho que tem, viu-se na necessidade de tomar medidas, que naturalmente é a primeira também a lastimar, mas viu-se na necessidade de tomar algumas medidas e uma delas é uma reestruturação global, com um ou dois aspetos mais marcantes.

A primeira é uma redução de 328 postos de trabalho desses 1500 — a secundar também uma concentração da Administração, como sabem abriram uma Administração em Espanha e uma Administração em Portugal e haverá uma concentração da Administração. Agora há só uma Administração que ficará em Madrid e ficando aqui em Portugal apenas um escritório.

Somos naturalmente os primeiros a lamentar esta situação, naturalmente por Aveiro e também fundamentalmente pelos 54 funcionários.

A informação que a Makro nos prestou foi de que tem havido diálogo com todos os trabalhadores. O fecho como sabem está previsto para 15 de julho e que estão a tentar negociar com todos uma rescisão voluntária e estão também a tentar transferir alguns funcionários para verem se conseguem esse acordo para outras lojas.

Quanto aos apoios públicos, não tenho neste momento dados rigorosos para lhe fornecer, depois poderei fazê-lo com todo o prazer.

Quanto ao Pólis Litoral, não faz naturalmente sentido esta exagerada paragem que o projeto está a conhecer.

Como sabem há quinze milhões de euros que estão lá na conta para serem utilizados. Os projetos, grande parte deles, alguns aqui no nosso Concelho e também noutros municípios estão aprovados, está o processo concluído e não faz sentido que por falta de uma decisão, apenas uma decisão, esses projetos, esse processo não avance. Como sabem também, o Pólis litoral abrange todos os municípios que integram a CIRA. Ainda há oito dias numa reunião que houve da CIRA, aqui que decorreu no nosso município, essa questão foi aprofundada, foi validada e foram definidas medidas a serem implementadas, para tentar influenciar o governo, para avançar com este processo, que é naturalmente importante para Aveiro.

Última nota para as válvulas de escape que aqui foram referidas pelo Dr. Pires da Rosa, como sabem ainda não temos a Lei toda, falta ainda a portaria que vai definir ou clarificar o que serão os fundos disponíveis, como é que eles se irão obter. Mas a Lei já é de cumprimento obrigatório. Portanto, nós ainda não temos o escape todo e por isso ainda não tivemos oportunidade de averiguar ou descobrir as válvulas que esse escape poderá vir a ter.

O que nós sabemos já e temos a certeza absoluta é que a Lei é imperativa, já está eficaz, já está em vigor. E essa Lei tem exigências novas. Uma delas tem a ver com a responsabilidade que até agora era apenas dos políticos, de quem assinava, de quem assumia em termos políticos, as decisões. A partir desta Lei 8 de fevereiro de 2012, essa responsabilidade alarga-se, estende-se, dilata-se, também a todos os funcionários que estiverem envolvidos no respetivo processo de despesa. E enquanto o processo era apenas a assunção dessas responsabilidades, seria apenas de uma pessoa, da pessoa que assinasse, naturalmente que a pessoa podia estar disponível para procurar a tal válvula para avançar, porque o risco era apenas dela. A partir do momento em que nós, numa decisão destas, estamos a envolver outros, nomeadamente funcionários, é evidente que não podemos reger isto pelas válvulas mas pelo rigor e pelas exigências que a Lei nos impõe.”

Vereadora Maria da Luz Nolasco:⁰³⁸

“Senhor Presidente, só para informar realmente a questão do Museu de Aveiro. E antes até de falar do Museu de Aveiro, gostava também de aqui afirmar uma coisa que o Senhor Deputado também aqui referiu, as questões da cultura e a ausência de cultura etc.

Eu acho que é até ofensivo dizermos que não há cultura ou que deixou de haver cultura. Porque cultura é muito mais daquilo que pensamos que seja uma instituição a fazê-lo. A Câmara Municipal, promove, orienta, dá suportes, cria plataformas — isso é que é ser democraticamente uma ação na área da cultura. O que eu acho é que cultura, e já agora, acho que se pode dizer isso: é muito mais do que a institucionalização de saberes ou de práticas. Eu acho que é aquilo que o homem pensa e aquilo que o homem faz e que o tempo consolida (isto não é meu, é do Dr. Magalhães Godinho, falecido há pouco tempo), assim o consolidava, assim o dizia. Portanto, não tem de ser a cultura a fazer cultura alguma (ouvem-se vozes). E é por isso que eu estou a dizer não é?

Sobre a questão do Museu. Se me permitem é assim. Na sexta-feira tive a confirmação em sede própria, em Lisboa, na Secretaria de Estado da Cultura, que realmente quer o Museu de Aveiro, quer outros Museus, da Rede Nacional de Museus (eles são 29, os grandes Museus

Nacionais) nem todos têm esta nomenclatura de Museu Nacional, só cinco desses que tinham realmente na sua definição como sendo Museus Nacionais, dado o cariz da sua coleção, se mantém sobre a tutela da Administração Central.

Todos os outros Museus passaram para as tutelas da sua área regional, por influência. Portanto o Museu de Aveiro, tal como o Museu agora está como Museu o Grão Vasco, tem uma coleção fabulosa, dos melhores pintores, como vocês sabem do período quinhentista português, quer o Museu das terras de Miranda, quer de Castelo Branco, quer enfim todos estes que são da zona Centro passaram para a tutela da Direção Regional de Cultura Centro. Porquê? Foi-nos explicado que cada vez mais políticas de investimento, de financiamento e de candidaturas são feitas a esse nível. E como tal, passam a ser ao abrigo dessas candidaturas. Não há espaço de manobra a esse nível da Administração Central. Os grandes Museus Nacionais tidos como os Museus Nacionais resumem-se realmente a muito poucos. Mas o único Museu realmente e verdadeiramente Nacional do ponto de vista da sua coleção e daquilo que pode ser um grande acervo, enfim, com uma coleção representativa daquilo que são os tesouros nacionais, é realmente o único e pura e simplesmente é o Museu Nacional de Arte Antiga. Todos os outros são coleções de grande qualidade (sim senhor), de grande identidade nacional, mas que dada a sua escala e a começar pelo Soares dos Reis cuja coleção é municipal, e do antigo palácio, nem sequer é património do Estado Central, quer dizer é também património da Câmara. Portanto é esta a realidade.

Também outra realidade é que a Administração Central se foi demitindo, como também faz poder local, de muitas das suas competências e de muitas das suas responsabilidades, delegando cada vez mais naquilo que são o governo local.

E como tal, o Museu de Aveiro ficou nesse mesmo conjunto. Isto, nós na altura e a Câmara Municipal, não sozinha, não de uma forma isolada mas articulada com o próprio Museu de Aveiro, fez a sua exposição atempada. Fez a sua exposição junto também de elementos da Assembleia da República. Fez-se ouvir e redigiu um ofício que dirigiu ao Senhor Secretário de Estado da Cultura. Quiseram que dentro daquilo que é a nova orgânica para o património, a gestão desse património nacional, que fossem organizadas e organizados nesta questão dos Museus também.

Esperemos que no futuro as coisas resultem realmente de uma Maior proximidade e que essas candidaturas possam realmente vir a dar algum apoio naquilo que são também enfim, os anseios e os objetivos deste nosso Museu Maior que é o Museu de Santa Joana e que tem realmente um espaço condigno, um espaço onde vocês conhecem e que carece por exemplo de grandes intervenções a nível da recuperação e restauro, que certamente só com candidaturas é que podem ser dadas respostas. E mais nada.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa:⁰³⁹

“Em resumo, o Museu Nacional de Santa Joana não é um Museu Nacional de Arte antiga — mas também não será assim tão mau que até Coimbra possa gerir o respetivo Museu!? Ficaremos de ponderar essa mesma circunstância.

Bem, antes de entrarmos propriamente na Ordem-do-Dia, como de costume decorre a iniciativa as “Freguesias Vêm à Assembleia”. E é com toda a satisfação que temos ali nos corredores dos ‘espaços perdidos’ uma exposição demonstrativa da nossa freguesia de referência e de orgulho que é São Bernardo. E para a apresentação dessa mesma exposição e falar-nos um pouco acerca da Freguesia de São Bernardo, os quais concidadãos cumprimento através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, e toda a equipa que participou de modo ativo na documentação que nos traz precisamente aqui na Sede do parlamento Aveirense, o nosso muito obrigado. Tem a palavra antes de propriamente entrarmos no Ponto um da Ordem do Dia, o Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Bernardo.”

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente de Junta de Freguesia de São Bernardo, para elucidar sobre a sua exposição no âmbito do programa “Freguesias Vêm à Assembleia”

Presidente Junta Freguesia São Bernardo, José António Vieira:⁰⁴⁰

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, Excelentíssima Câmara, Excelentíssimo Público, Comunicação Social.

Obrigado Sr. Presidente ao formular o convite "As Freguesias vêm à Assembleia", e, para que ali naquele espaço Neste ilustre corredor, permita que o designe assim, se possa publicamente expor um registo histórico de cada Freguesia.

Com a sua permissão Sr. Presidente, antes de proferirmos o histórico da nossa Freguesia, tomamos a liberdade de colocar apenas duas sugestões quanto ao espaço de exposição.

O Local da Exposição é bom. Mas no nosso entender não é ótimo. Ótimo seria no rés-do-chão, porque aí sim a exposição teria uma melhor relevância e consulta para os interessados desfrutarem da realidade das Freguesias.

Mas, olhando noutra humilde perspetiva, pensamos que a exposição colocada aqui também tem algo positivo, principalmente durante aquelas intervenções de alguns Srs. Deputados que se tornam imensamente longas, repetitivas, e enfadonhas. E, neste contexto sim, sempre precisamos de um escape para nos ausentarmos desta cadeira, descontraindo e apreciando as ricas exposições. Com o devido respeito Sr. Presidente, são apenas sugestões.

Continuando, e com a sua permissão, passamos a relatar um importante historial da nossa Freguesia.

A Freguesia de São Bernardo tem uma área territorial de perto de 4 Km2. Pequena em termos territoriais, mas enorme no que respeita ao envolvimento da sua população. Bem evidenciado pelo forte movimento associativo que caracteriza e movimenta a Freguesia. São Bernardo tem 25 Associações e Instituições que defendem a cultura, o ensino, o desporto, as artes e a ação social.

Somos também uma Freguesia com uma diversidade e dinâmica empresarial nos mais variados ramos de atividades.

Localizada no centro do concelho de Aveiro, perto do mar e da ria, mas comunicando com o interior, tocando a zona mais citadina de Aveiro e simultaneamente perto dos espaços rurais, da paz e da tranquilidade que oferecem. São Bernardo é uma mescla de características, que as tornam uma freguesia tão aprazível para viver.

São Bernardo cresceu muito e quer continuar a crescer. Afirmando-se a cada dia que passa, sempre com o propósito de melhorar a vida da sua população, oferecendo mais e melhores condições de vida, mais e melhores infraestruturas, mais e melhores equipamentos sociais. Queremos ver São Bernardo a crescer. Mas a crescer de forma sustentada e organizada. São Bernardo é unido, é solidário, é gente de trabalho. É terra de ação, é terra de labor é gente de oração — conforme refere o Hino à Freguesia. São Bernardo não é um ponto no mapa nem um conjunto de ruas e locais. São Bernardo são pessoas. Somos todos nós.

São Bernardo é uma das 14 Freguesias do Concelho de Aveiro. Situada bem no seu cerne, encontra-se rodeada pelas sua congéneres, Glória e Santa Joana a Norte, Oliveirinha a Este e a Sul, e Aradas a Sul e a Oeste.

Beneficia direta ou indiretamente) das boas acessibilidades que servem a cidade aveirense. Tem a EN109 a passar nos seus limites e a A1 não muito longe; para além da Variante em direção às EN 235 e EN 335 e, claro, a linha férrea.

Enquanto freguesia, São Bernardo tem uma história relativamente curta. Isto porque só conseguiu a independência administrativa em 1969. Mas não apareceu do nada. Já existia anteriormente, como é óbvio.

Integrada numa das zonas mais bonitas e identificativas do nosso país, da chamada "veneza portuguesa" São Bernardo partilha o mesmo encanto regional e comunga de várias similares

locais, ressaltando as suas próprias características e a identidade vincada que a fez tornar-se freguesia em tempos já tão avançados.

De Aveiro, já havia notícias desde tempos muito recuados, mesmo antes da formação da nacionalidade na época da Condessa Mumadona e das suas referências testamentais. Sempre foi uma região muito atrativa e fértil — alvo de fixação humana.

No Século XIII já era vila. E foi mantendo e aumentando esta relevância com o passar do tempo. São Bernardo nasceu e desenvolveu-se no ventre aveirense, mas só viu a luz do dia muito tempo depois com o reconhecimento enquanto Freguesia já em pleno século XX.

As “prunelas” menções documentais remontam ao século XV e reportam-se a uma relação de bens doados à Albergaria de São Brás, entre os quais uma tal “Quinta do Pinheiro” e uma leira “Agrinho”, situados no lugar de São Bernardo.

Mais se vão sucedendo com o passar dos séculos à medida também que a povoação vai ganhando dimensão e importância. Concentrada em torno da pequena capela dedicada a São Bernardo de Claraval, a população ia aumentando cada vez mais ganhando expressão no território onde se situava.

São Bernardo foi mudando de paróquia com as várias divisões administrativas que se iam processando em Aveiro, que crescia a olhos vistos.

Assim, na primeira delas, em 1572, ficou no espaço correspondente à freguesia do Espírito Santo, que juntamente com São Miguel, Vera Cruz, e Nossa Senhora da Apresentação (ou São Gonçalo), passaram a ser as recém-criadas freguesias aveirenses.

Quando se procedeu a nova reformulação coincidente com a própria divisão administrativa do país em províncias, distritos, e concelhos, em 1835, surge o distrito de Aveiro. E, São Bernardo passa a estar sob a alçada da freguesia de Nossa Senhora da Glória, que reparte a cidade de Aveiro com a freguesia da Vera Cruz. Esta situação manteve-se durante mais de um século.

Mas eram óbvias as diferenças (apesar das semelhanças) entre São Bernardo, uma povoação que crescia ao seu próprio ritmo no extremo sul da freguesia e algo afastada do centro urbano, e o resto da freguesia já plenamente integrada na cidade aveirense, e, obviamente, com preocupações e aspirações distintas.

A ideia de desemparcelar São Bernardo da freguesia-mãe Glória, ganha adeptos e consistência e é colocada em prática finalmente, em 1968, por iniciativa do recém-chegado Padre José Félix de Almeida que, juntamente com a Comissão Fabriqueira, entrega o abaixo-assinado que obtém parecer positivo.

Simultaneamente, trata de dotar a futura nova freguesia de uma igreja condizente com a sua condição, para substituir o degradado templo primitivo, bem como um Centro Paroquial de Assistência — o que exige um enorme sacrifício e acarreta um grande esforço financeiro, mas que começa a dar forma à nova freguesia que surgia aos olhos de todos e encontrava a rampa de lançamento para um desenvolvimento crescente. Levado ao seu expoente máximo durante esta última década, em que a freguesia de São Bernardo foi a que mais cresceu em todo o concelho de Aveiro. Senão vejamos os resultados dos Censos entre 2001 e 2011.

Edifícios: Em 2001 -1259; Em 2011 – 1692. Mais 433 = crescimento 34,4%

Alojamentos Familiares: Em 2001 – 1533; Em 2011 – 2280. Mais 747 = crescimento 48,7%

Famílias Clássicas: Em 2001 – 1352; Em 2011 – 1890. Mais 538 = crescimento 39,8%

Número de Residentes: Em 2001 – 4079; Em 2011 – 5022 . Mais 943 = crescimento 23,1%

A título de curiosidade, mas também a comprovar de certa maneira estas indicações, o facto do anterior Presidente da Junta de Freguesia de São Bernardo, Dr. Élio Maia, se encontrar à frente da Câmara Municipal de Aveiro, passando o testemunho de empenho e de trabalho feito ao atual Executivo da Freguesia, e que hoje nos encontramos aqui presentes: o Secretário, Henrique da Rocha Vieira e o Tesoureiro Júlio Vasconcelos de Oliveira.

A Freguesia de São Bernardo vai continuar na senda evolutiva que tem marcado o seu ainda curto percurso. Procurando afirmar-se cada vez mais e melhor no seio do Concelho Aveiro. E

daqui, em relação ao resto do país. Se conseguir manter o ritmo e a dinâmica de desenvolvimento dos últimos tempos, as perspetivas futuras são excelentes. Concluindo este documento histórico, Sr. Presidente, convidamos todos os interessados a visitarem a “montra” com a expo da nossa Freguesia. Muito Obrigado.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal⁰⁴¹ foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que fez uma breve síntese da Comunicação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara⁰⁴²

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁴⁴

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁴⁵

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴⁶

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁴⁷

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴⁸

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴⁹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵⁰

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁵¹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵²

Vogal Romana Fragateiro (PS)⁰⁵³

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵⁴

Vogal Elisabete Freitas (PPD/PSD)⁰⁵⁵

Presidente da Mesa⁰⁵⁶

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁵⁷

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰⁵⁸

Vogal Paulo Jesus (PS)⁰⁵⁹

Vogal Ana Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁰

“Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. Começo por referir que ao contrário daquilo que por vezes nos querem transmitir, de facto esta cidade está a precisar de obras, mas de obras mais essenciais. Começo por falar nos empedrados dos passeios que estão num estado absolutamente degradante. E eu já chamei aqui a atenção para aquilo que se passa com aquela esquina da rua Guilherme Gomes Fernandes com a rua Agostinho Pinheiro, mais concretamente no que diz respeito àquele edifício Corticeiro. O empedrado está levantado, já várias pessoas lá caíram! Eu própria também lá cai, mas não sou a pessoa mais visada no meio disto tudo, mas as outras pessoas. Já uma vez trouxe aqui a esta Assembleia este problema, o Senhor Vereador passa lá todos os dias, provavelmente também já terá caído, só não nos quis dizer. Mas de facto, até penso que é

mesmo do seu pelouro, está na altura talvez de reparar aquele passeio e outros mais que se encontram aí pela cidade. Para as pessoas idosas ou com mobilidade reduzida, é extremamente complicado as pessoas poderem andar. Não será o seu caso, não será o meu e o de outras pessoas, mas qualquer dia a Câmara começa a aumentar as suas dívidas, quando as pessoas lhe começarem a meter umas ações, para pedir umas indemnizações. Isto não é uma ameaça Senhor Presidente, só estou aqui na minha função de amavelmente chamar a atenção, para providenciar nesse sentido. Correndo o risco de me repetir, eu volto a dizer que o trânsito na rua Direita anda a fazer-se agora com carros e alguns deles com alguma velocidade e não estou a falar daqueles carros que podem parar por causa das suas cargas e descargas, não é isso, são carros que passam ali e quer dizer, parte da polícia, a polícia municipal anda por ali ... Realmente é lamentável. Qualquer dia temos ali um problema grave. O Senhor Fernando há bocado mandou um agravo ali ao meu primo, ele ia a passar por aqui não ficou em mim, mas com certeza a ouvir-me, provavelmente o Senhor Presidente da Junta também vai fazer alguma coisa! Não é uma delação, é repor a legalidade da situação, que todos nós somos corresponsáveis, uns mais outros menos, todos temos responsabilidades. Penso que isto também está ligado com a desorganização e desregulação do trânsito e está mais do que na altura de começar a providenciar nesse sentido. E volto também a falar do estacionamento abusivo que se faz na rua Combatentes da Grande Guerra, com os carros a virem de marcha-atrás, para entrarem naquela avenida e qualquer dia temos ali também algum grande acidente. Já lá vi cenas quase de pancadaria. A polícia municipal não pode intervir, mas a PSP pode intervir! E aquilo está à vista de toda a gente e todos os dias, é que não é um carro de um lado! São carros dos dois lados da via, em cima dos passeios, em que as pessoas têm que andar ali a fazer muitas manobras, que são absolutamente abusivas e ilegais, Também já foi aqui falado do túnel da estação que não tem luz, então sobretudo à noite a insegurança torna-se Maior, porque realmente é necessário que aquilo esteja ali iluminado e não está. Já aqui foi dito, não foi só pela minha bancada, mas também pela bancada de outros partidos.

Quanto propriamente no que diz respeito à exposição do Senhor Presidente, a Comunicação Escrita, eu lamento mais uma vez, no que diz respeito à parte jurídica, nós não conseguimos fazer a fiscalização para a qual estamos votados, que é o seguinte; nós não sabemos quantos processos acabam, quantos processos estão de facto ainda em funcionamento, ainda não estão concluídos, não terminaram!? Não percebo porque é que não nos fazem essa resenha, porque umas vezes aparecem uns processos, outras vezes aparecem outros. Quem lê isto, até diz assim: – “olha os processos diminuíram.” Deus queira que assim seja, mas não temos certeza nenhuma e gostaríamos de ter essa certeza e penso que a Câmara nos deve fornecer esses elementos,

Depois, vejo aqui que a Câmara continua a gostar de fazer várias ligações, protocolos, como lhe queiram chamar, por exemplo temos a “Rede das Cidades Sênsil, gostaríamos de saber ao fim e ao cabo o que é que já resolveram com este protocolo? Vemos aqui que afinal vai haver uma ligação ferroviária Aveiro/Salamanca, mas que segue para o norte da Europa até Estocolmo. Ah, Deus queira que assim seja! Ficamos todos muito satisfeitos, mas gostaríamos de saber neste momento, o que é que já fizeram em relação a isso. E o mesmo se diga com os “Autarcas para a Paz”, esta aqui assim é que eu não consigo realmente detetar o que é que se conseguiu fazer, vejo aqui que é para um empréstimo de alguns (não é folhetos) sobre Hiroshima e essas coisas assim. Gostaria que os Senhores nos dissessem de facto, a que é que isto se destina e por que é que estão metidos nesta “Rede”?

Depois temos aqui as obras municipais, eu gostaria também que me explicassem, diz aqui “um projeto de arquitetura na Avenida 25 de Abril, implantação de um relvado sintético na Avenida”? Gostaria que me explicassem onde é que isto se vai colocar? Para que é que isto serve? E vejo aqui assim também uma chamada de atenção para uma proposta, para tratamento preventivo das palmeiras da cidade, que eu felicito, acho muitíssimo bem, porque

até agora temos visto é as árvores a serem cortadas! E também está aqui a proposta para análise biomecânica das palmeiras do Rossio. Esperemos que estas não estejam destinadas ao mesmo fim que as outras anteriormente já o foram.

Finalmente, vou-me ficar por aqui, que creio que já disse mais do que suficiente.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁶¹

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰⁶²

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁶³

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁶⁴

Vogal Raul Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, digo-lhe que cada vez me sinto menos pretensa ou cada vez sinto mais dificuldade em compreender que desta cidade onde hoje vivo, saíram fez 184 anos o mês passado, os bravos que de desastre em desastre, logo de triunfo em triunfo, e no intervalo pisando um calvário de aflições, tragédias, horror e lances de epopeia, como disse em Aveiro o Jaime Cortesão, “acabou por fazer drapejar na bandeira de Aveiro a ordem da liberdade”. Jornadas de liberdade e também de solidariedade. Já na altura, não de Aveiro, ficou na história a avareza de aldeões do norte do país e da Galiza, que se aproveitaram da miséria dos soldados liberais, em retirada à frente dos quais aqui o nosso (à altura) vizinho Comendador Queirós, para lhes vender a peso de ouro o pão que lhes mitigava a fome. Hoje já não há cá heróis como os de antanho. Já não há homens como José Estêvão! Mas ainda há heróis, heróis todos os dias da semana. Herói do dia-a-dia, aqueles que trabalham, para tentarem construir um futuro melhor. Aqueles que na sua profissão, tentam fazer melhor e mais, os nossos heróis, os meus heróis. Senhor Presidente, como recentemente soubemos, faleceu o Dr. Domingos Cravo. Ainda falámos aqui dele na última Assembleia Municipal. Era um profissional probo e competente, reconheci-o sempre com grande capacidade, tive a honra de ser e sou seu amigo, trabalhei muito com ele, aliás em todas as empresas fui trabalhar para estar descansado e ter gente de confiança ao meu lado, sempre o chamei para trabalhar junto comigo. Sei que tinha um feitio às vezes complexo, mas é o feitio dos grandes homens e das pessoas competentes e sempre me dei bem. Nunca foi um peseteiro, como hoje se costuma dizer em linguagem futebolística, foi sempre um homem que cuidou mal da sua vida material! Cuidou mal. E daí, podia ter cuidado muito melhor, era um homem com uma capacidade para enfim, ter ido em termos financeiros muito mais longe. Não era esse o fito dele. E com a sua partida, sobreviveram à família algumas dificuldades. Dificuldades enfim, dificuldades que o facto de ele não ser um “peseteiro” se vieram a agravar, porque neste momento as coisas estão difíceis, é preciso faturar. Para faturar é preciso ter dinheiro porque é preciso pagar os IVAS, etc. etc. etc. O Dr. Domingos Cravo prestou serviços à Câmara de Aveiro. O Dr. Domingos Cravo prestou serviços aos Serviços Municipalizados de Aveiro. O Dr. Domingos Cravo prestou serviços à Moveaveiro e prestou serviços à EMA, serviços de revisor de contas. E da maneira que é, por exemplo à sua partida deste mundo, a Moveaveiro deve-lhe mais de quinze mil euros. A EMA deve-lhe mais de sessenta e cinco mil euros e a Câmara de Aveiro deve-lhe mais de vinte e nove mil euros. Num gesto de alguma aflição, a família mandou à Câmara de Aveiro a fatura dos honorários do ano de 2010, para ver se a Câmara, se recebia algum dinheiro e se realizava algum dinheiro. A Câmara pura e simplesmente devolveu a fatura, com instruções do Sr. Dr. Pedro Ferreira. Uma carta seca de resposta, junto da fatura, por despacho do Senhor Vereador Pedro Ferreira. É uma vergonha! É uma vergonha! Já não bastava que o nosso Presidente tenha começado o seu mandato prometendo uma pista de remo no Rio Novo do Príncipe e certamente acabe o seu mandato todo satisfeito, se não tiver que pagar durante o seu mandato a indemnização choruda, que o empreiteiro está a pedir. Já não nos bastava que o Senhor Presidente pela calada da noite, como convém, tenha alienado as piscinas e não tenha recebido até hoje o preço, porque se*

esqueceu pelo tempo conveniente no fundo do seu casaco, do cheque desse pagamento. Já não bastava que tenha utilizado o empréstimo de cinquenta e seis milhões de euros, para consolidar o passivo de curto prazo e mesmo antes de começar a pagar esse empréstimo no fim do período da carência, o passivo de curto prazo já seja do mesmo montante. Já não bastava que se propusesse fazer duas pontes pedonais e penso que vai ficar satisfeito se os aveirenses não resolvessem ou não resolverem este problema, a pontapé! Já não bastava que tivesse concessionado a água, o Maior ativo dos Serviços Municipalizados e esturrado o dinheiro a breve trecho. Há bocado ouvi dizer que a diminuição da dívida tinha sido de quinze milhões de euros, basta só pôr no outro prato da balança a venda dos Serviços Municipalizados. Mas não bastava isso, agora também nega a pessoas em dificuldades o pagamento do que é justo pagar-lhe! Esta situação é uma vergonha, uma grande vergonha para todos os aveirenses e pela minha parte já pedi à família desculpa pela vergonha, que eu também enquanto município lhe estou a fazer passar, mas Maior vergonha é para quem se candidatou a esta Câmara de Aveiro sobre um lema, lembram-se? “É o que paga”. Disse Senhor Presidente. “

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[066](#)

“Ora bem, para começar eu já não queria falar mais nisto hoje, mas discutiu-se este Ponto e é a única oportunidade até ao fim da Sessão, que tenho para falar. E vou falar porque é grave! Desta vez para sublinhar que a bancada do BE à Vereadora Dr.ª Maria da Luz, não se vai esquecer da situação trazida aqui hoje por cidadãos voluntários no canil. A resposta da Vereadora foi inexistente e por isso a vergonha na cara de que eu falei, continua a não existir. A questão é, a proibição vai ser levantada ou não? A Vereadora Maria da Luz é provavelmente a pessoa que eu já vi aqui em termos políticos, que mais fala e menos diz e hoje tornou a repetir isso. É bom que se responda diretamente às perguntas dos cidadãos e não se brinque com eles. É preciso um bocadinho de bom senso nesta matéria, só um bocadinho, não é preciso muito. E é preciso assim que se volte a permitir o trabalho gratuito desses voluntários, que está a ser posto em causa... Não esquecemos aliás essa questão, como não esquecemos outras, que neste caso dizem respeito à mesma vereação. E eu volto ao tema (e como voltarei a voltar) da canalização do Bairro de Santiago, em que também a falta de vergonha não parece ter limites, foi em fevereiro do ano passado que a Vereadora disse que tinha aberto o concurso público para fazer a nova canalização no valor (lembro-me eu) de cerca de cento e cinquenta mil euros, mas não fez, nadinha, zero, portanto mentiu! Mentiu, mentiu-me a mim, mentiu a esta Assembleia, mentiu aos cidadãos aveirenses todos e àqueles que vivem no bairro de Santiago, em particular. E eu estranho tanta lentidão num concurso público, tão necessário, por ter a ver com a qualidade da água que muitos aveirenses têm nas suas torneiras, com uma verba tão baixa de cento e cinquenta mil euros, quando ao mesmo tempo a Câmara parece tão nervosa e tão inquieta, relativamente à obra daquela ponte, que é a ponte que ninguém quer. Ninguém, a não ser o executivo, ninguém a não ser o Presidente. Esta ponte aliás, começa a parecer uma espécie de encomenda ao “obélix” “olhe ponha-me aqui um menir no meio do jardim se faz favor, quando eu lhe pedir”. Se entretanto não lhe pedir indemniza-o. O obélix parece que não quer pôr a ponte nem o menir. A má notícia para todos os aveirenses é que de facto nem só de falta de vergonha vive a Câmara. Vive também de uma enorme incompetência.

Aliás, este executivo é tão incompetente que ultimamente não tem sido notícia por mais motivo nenhum.

O Presidente disse que estava em contacto com o empreiteiro da famigerada ponte sobre o Canal Central, a tal que ninguém quer — a não ser o Presidente e alguns deputados, alguns!? Estava em contacto para que as obras recomeçassem com urgência, a verdade no entanto é que a própria autarquia fez mais um contacto prejudicial para os cofres públicos ou seja, para o dinheiro que é de todos nós, venha ele de onde vier e agora sente-se pressionada para não

indemnizar o empreiteiro por não fazer uma obra que ninguém quer, parece complicado não parece!? Explica-se bem só através da incompetência. A construtora veio a público dizer que não constrói ponte nenhuma, o mínimo, mas o mínimo dos mínimos que a Câmara tem que fazer agora, em nome de uma democracia e da transparência política é explicar aos cidadãos toda a trapalhada em que pela enésima vez nos conseguiu meter a todos, porque o dinheiro (repito) é de todos. Pergunta 1 – a empresa de construção em causa, já pediu ou não oficialmente uma indemnização à Câmara? Pergunta 2 – o contrato assume essa indemnização ou não? E se assume é de quanto? É isso que queremos saber, é isso que temos o direito de saber e exigimos saber.

Ora a respeito da Comunicação da Câmara e para não chorar, gostava também de me referir a uma nota de humor. Há sempre notas de humor nas Comunicações da Câmara e vou ler aqui uma passagem, que depois vou desmontar, porque quando eu li isto, pus as mãos à barriga de rir. No imediato (diz a Comunicação) estruturam-se programas promotores da troca de experiências entre as diferentes cidades, cidades estrangeiras, no que se refere às suas estratégias de desenvolvimento e ações que estejam a concretizar com forte caráter inovador, blá, blá, blá, como seja a mobilidade urbana, regeneração urbana, integração social, promoção turística, animação cultural, desenvolvimento sustentável, diminuição económica, não sei quê. Quem é que anda a passear aqui à conta dos nossos impostos e depois não faz nenhum? Mobilidade urbana, zero. A Câmara não faz mais do que aumentar o número de lugares de estacionamento pagos, para ver se os cidadãos andam mais de autocarro, mas depois não há autocarros suficientes! É um sofrimento, é um sofrimento depender dos transportes públicos e coletivos em Aveiro, um sofrimento e a Moveaveiro já sabe como é, salários em atraso aos trabalhadores, estudos para ver se se pode diminuir o número de viagens, é este o vosso investimento na mobilidade urbana? Vão passear para onde e para quê? Já nem a pé se consegue andar em algumas zonas da cidade, nem a pé.

Regeneração urbana. Pronto, aqui estão mesmo a gozar com os aveirenses. Aveiro neste momento parece uma cidade fantasma por causa da vossa política. A responsabilidade é vossa, casas destruídas e casas novas não ocupadas. É o resultado da vossa política local e nacional.

Integração social. O dinheiro gasto em intervenção social direta da responsabilidade da Câmara, em todos os Orçamentos e desde que eu aqui cheguei é ridículo, é zero, é quase zero.

Desenvolvimento sustentável. Aqui não é só para rir, é para chorar. Nem sequer, como já se falou aqui, o novo edifício da Sede da Glória é sustentável, nem isso e com todas as balelas que já foram ditas aqui a propósito desse edifício, conseguem fazer sustentável, o que é que fazem? Como é insustentável vender um terreno à McDonald e isto é que é sustentabilidade e regeneração urbana? É verdade que o terreno já foi vendido em fevereiro do ano passado e depois a questão não é a data, é sim a trapalhada do financiamento do Parque da Sustentabilidade, que afinal não é assim tão sustentável. O que está aqui em causa é a incompetência na gestão dos dinheiros públicos. A candidatura aos fundos europeus neste projeto, tinha que ser com base em obras sustentáveis e a nova Sede da Glória afinal não o é. Como não é, o que é que fizeram? Pegam no terreno e vendem-no a uma cadeia de fast-food, que assim vai abrir um restaurante de fast-food mesmo juntinho a uma escola, local estratégico ou seja, onde passam todos os dias muitas crianças. O Presidente da Junta da Glória pode ler aquilo que quiser sobre a legalidade, mas a verdade política é esta, por incompetência, por vossa incompetência, vai ser facilitado o acesso dos nossos filhos a uma alimentação pior. Podem ser incompetentes à vontade, mas ao menos deixem de mentir às pessoas e de camuflar as vossas asneiras com outras questões.

Por último e para terminar, já ouvi falar hoje aqui muito, da queda do número de turistas em Aveiro. E já ouvi muitas explicações para essa diminuição dos turistas em Aveiro, tenho infelizmente uma novidade para vocês todos, Aveiro tem menos turistas, porque os turistas portugueses e espanhóis são a Maior parte dos turistas em Aveiro não têm dinheiro para cá

vir. Isto para mim parece-me óbvio, mas na discussão de repente não me pareceu. E não têm dinheiro, porque vocês, os vossos partidos, contribuíram para pôr portagens caríssimas nas estradas, aumentaram os preços dos transportes públicos, baixaram dramaticamente o valor do trabalho, acabaram com pensões, aumentam taxas e depois ficam muito espantados, porque as pessoas não vêm cá de visita! É porque não têm dinheiro, a sério, não acreditam? Há só essa explicação, não há mais nenhuma. Muito obrigado, boa noite.”

O Presidente da Mesa colocou à votação do plenário a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, nos termos regimentais, obtendo total aprovação.

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu apenas quero dois minutinhos para dar algumas palavras. Em relação à Comunicação Escrita do Senhor Presidente, queria aqui referir a parte da cultura, a parte do Teatro Aveirense, que vejo que teve uma certa captação de espectadores, pelos números que ali estão explicitados e no entanto também queria fazer uma pergunta à Dr.ª Maria da Luz sobre esta situação, estruturação de lugares e acessos vertical. Gostaria realmente que ela pudesse explicar isso mais convenientemente à Assembleia, porque poderá ter o seu interesse e eu francamente não sei bem do que é que se trata. Também tenho outra dúvida que já foi aqui levantada, que é em relação ao relvado sintético na Avenida 25 de Abril, que não estou a ver o sítio, não sei se será onde estava a escola Fernando Caldeira, não sei se será aí ou não nessa zona, portanto gostaria de uma explicação sobre essa situação. Outra situação é que em relação ao Orçamento Participativo, o Orçamento Participativo, houve aqui várias críticas da falta de participação, então quer dizer, nós damos tudo às pessoas, nós fazemos Sessões de esclarecimento, nós abrimos as Juntas para poder publicitar o Orçamento Participativo, nós não podemos obrigar as pessoas a participarem, vai quem quer, a democracia é assim mesmo, vai quem quer, quem não quer fica em casa, quem quiser que as coisas se façam ou vão ou se quiserem ajudar a fazer têm que participar. A Câmara não tem que estar a ser culpada numa discussão dessas. A Câmara abriu todas as portas e vai abrir daqui até ao final do ano, para as pessoas poderem realmente avançar com algumas suposições no Orçamento Participativo, eu já tenho algumas, na altura certa as direi. Obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente. Tentarei ser breve. De facto esta Assembleia tem sido um corolário de infelicidades! Diria que nós temos este problema interno para resolver, nós Partido Socialista, que é conseguir dar prioridade àquilo que é a nossa própria agenda e as nossas próprias iniciativas, mas somos permanentemente atropelados pela agenda da incompetência da Câmara — que é assustadora não é? É que não há nada de positivo para relatar de facto durante este período e este período não estou a falar só desta Assembleia, mas dos últimos meses, é impressionante a quantidade de vezes que lemos o jornal, vemos a primeira página do Jornal de Aveiro e de outros nacionais e que de facto nunca há nada de positivo para falar sobre Aveiro. Juntava aquilo que os meus camaradas já disseram, um problema que não está plasmado na Comunicação Social do Presidente, porque de facto não tem grande importância que é a asfixia que vive neste momento a Cerciav. Não vale a pena estarmos, toda a gente que conhece a instituição, a importância que ela tem, o contributo que tem dado para a cidade e não só aqui e é de facto igualmente vergonhoso, a Câmara Municipal deixar que estas coisas aconteçam, quer dizer, há limites, há limites e quando se fala que há uma política social, que há uma política cultural, que se dá condições às instituições para elas trabalharem, pelo menos cumpram aquilo que prometem! Cumpram,

cumpram aquilo que está definido, que está protocolado e se não, tenham a coragem de dizer que não há dinheiro, que não podem fazer. Agora é inadmissível estarem anos para pagar um subsídio, um contrato e deixarem uma instituição desta natureza chegar ao ponto onde chegou. Relembra à Sr.ª Dr.ª Maria da Luz, há pouco falava sobre a questão da cultura, nós não dissemos que não existe cultura em Aveiro, porque de facto ainda subsiste alguma cultura em Aveiro, porque as pessoas têm que se desenrascar digamos assim, porque a contar pelos projetos que são da vossa autoria, relembro mais um, Avenida da Arte Contemporânea. No dia 11 de abril de 2010, a Senhora Vereadora dava uma entrevista dizia: “as negociações entre a Câmara e a Refer, para ceder a antiga estação de comboios, integrada no projeto “avenida Arte Contemporânea” estão muito encaminhadas, prevendo-se um acordo para breve, 11 de abril de 2010! Prevendo-se uma solução para breve. Correu mal, como tudo corre mal e esse é que é o problema. E depois sacodem a água do capote permanentemente, porque a responsabilidade é sempre dos outros! É permanente este tipo de situações. E é impressionante, como quando se fala de política cultural, não se fala de cultura, nem se põe em causa as pessoas, é que de facto se não fossem os aveirenses, esta cidade não existia. Mas não é pelas vossas iniciativas e pela responsabilidade que vocês têm, porque vocês não cumprem nada daquilo que se comprometem a fazer.

E mais uma questão, ninguém falou por esquecimento também, mas gostava de referir que tem a ver com uma entrevista dada no dia 20 de março e que também é ela própria paradigmática, daquilo que é a forma de gerir e de tratar a causa pública desta Câmara Municipal e vou ler aquilo que estava escrito no Diário de Aveiro de 20 de março, sobre uma pergunta relativamente à gestão da situação financeira da Câmara ou da gestão da situação da Câmara, respondia a Senhora Vereadora Ana Vitória – “Uma vez que em reuniões do Executivo e apesar de todos os mapas apresentados e os esforços feitos, parecia não conseguir penetrar no esquema cognitivo do Presidente e da Maior parte dos meus colegas de vereação, solicitei aos serviços, um trabalho que mostrasse a quem não tinha formação financeira, portanto a quem pouco percebe disto, a inviabilidade do percurso que estávamos a seguir, mas sem sucesso! Mesmo assim procurei travar a nova despesa e corrente, depois elevada fugia-me ao controlo, via o gabinete de desenvolvimento e fundos estruturais do Dr. Pedro Ferreira, Vereador responsável e do Presidente, por isto questionava a real importância dessa despesa, procurando demonstrar a incompatibilidade entre o que era possível fazer e aquilo que queriam que eu fizesse. Esta minha atitude não era bem-vinda, sempre percecionada com uma falta de vontade e obstaculização à concretização dos planos idealizados.

E o que é que aconteceu a seguir? Os aveirenses sabem, a Sr.ª Dr.ª Ana Vitória deixou de ter pelouros, porque com certeza que com este tipo de postura era uma pessoa “non grata” naquilo que esta Câmara e este Presidente queriam fazer. E depois, não bastasse isto colocava-se a questão então, se não é a Sr.ª Dr.ª Ana Vitória, quem é que vai resolver e assumir esta responsabilidade na Câmara? E perguntava-se, então e qual é a pessoa certa? E dizia a Dr.ª Ana Vitória – “a pessoa certa para dirigir as finanças do município no contexto atual, seria alguém com peso político e com elevada capacidade técnica, tivesse a determinação e a coragem e essa pessoa não é o Sr. Dr. Vereador Pedro Ferreira. Muito obrigado.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[069](#)

“Boa noite Senhor Presidente novamente a todos, obrigado. Primeiro que tudo São Bernardo, não tive oportunidade de falar sobre isso na altura, terra laboriosa, pujante, com cultura, com etnografia, e com desporto, bem-vindos e estejam cá, e que mostrem bem as suas potencialidades, isso é muito importante e gostamos muito de os ter cá e de serem todos nossos conterrâneos.

Eu hoje senti aqui assim uma coisa que nunca senti tanto nesta Assembleia Municipal! Confesso que me deixou assoberbado e deixou surpreendido pelo pior. Eu acho que a política faz-se (insisto) valores de regras, mas não deve ser feita, tanto quanto possível de demagogia. Apelar a um sentimento, usar esse sentimento, por muito justo que seja e certamente que o é, para fazer uma dose, uma catadupa demagógica como foi feita aqui assim, eu acho que está mal e não merece certamente a pessoa a quem era dirigido. Acho isso do pior, confesso que acho isso do pior e é a minha opinião, outros terão a sua opinião, mas eu não o faria, nunca faria, nunca utilizaria esse tipo de argumentos para fazer isso! Nunca o faria. Para além disso há outra coisa aqui assim que é fundamental e que está a acontecer, é que eu acho que o problema não tem a ver com as eleições que se aproximam daqui a um ano para as autarquias. O problema tem a ver com as eleições dentro do partido socialista! Dentro do partido socialista é que há problema. É que neste momento (com o devido respeito) e entendam estes galos, sem abuso de mérito dos galos ok, mas há se calhar muitos galos com a idade do Francisco Picado. (ouvem-se vozes) Tu és triturado Francisco Picado, portanto cuidado com isso Francisco Picado! Portanto atenção, olha bem para as tuas costas Francisco Picado.

Presidente da Assembleia:

“Senhores deputados! Não ocorra diálogo. O orador deve dirigir-se na sua intervenção à Mesa. Senhores deputados podem fazer os apartes, mas que não ocorra diálogos diretos.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD):

Senhor Presidente, então que o Francisco Picado tenha o cuidado de olhar para as suas costas.

Para além disso também ouvi o Filipe Guerra, isto hoje peço imensa desculpa, as desculpas de facto não se pedem não é, evitam-se, mas pronto. De qualquer forma Filipe Guerra, parece que mudámos a estratégia da água suja capitalista, que era a Coca-Cola na altura, para a gordurosidade do hambúrguer da McDonald! E curiosamente depois houve ali outra questão que o BE disse, quer dizer: eu hoje estou a ser sujeito a imensas intervenções mas pronto hoje cabe-me a mim não é verdade?

Mas o BE fala ali assim da proximidade com a Escola de Santiago. Pronto, temos aqui o Fórum e temos o McDonald ao pé da escola, aqui assim da Homem Cristo. Eh pá, é como a história dos mastros dos moliceiros não passavam na ponte, esbarravam na A25! É uma coisa incrível. Quer dizer “cada tiro cada melro,” com o devido respeito, mas pronto.

Relativamente a isto, eu agora vou falar de outras situações que têm a ver com a parte social. Pergunta para a Câmara Municipal de Aveiro. Uma das situações que eu vi refletida há pouco tempo num jornal diário, foi a necessidade e eu acho que de facto é premente, da existência de um local de apoio permanente, se bem que temporário para os sem-abrigo de Aveiro. Nomeadamente permitindo a existência de condições de higiene sanitárias.

Eu queria saber se alguma coisa está a ser mais planeada, mais acrescentada a este tipo de situação. Também relativamente à questão da ligação da UTMB, como é que está? Gostaria se tivesse alguma informação sobre isso, como é que está o processo?

Orçamento Participativo. Eu considero que concordo quase na generalidade com o que o Nuno Marques Pereira disse, de que de facto basicamente uma grande caminhada faz-se com quer. E neste caso, acho que não tem nada de eleitoralismo, acho que essencialmente o que se passa aqui existe mas é uma forma de pensar as coisas de uma forma dura, com tempo e cuidadosamente.

Eu gostaria de fazer a pergunta relativamente ao processo da Avenida. Eu sei que houve desenvolvimentos sobre isso. Eu acho que a Avenida é o nosso brinquinho cá de Aveiro e portanto é um dos assuntos que me preocupa, gostaria de saber como é que está esse processo. Já falaram sobre isso também, mais uma pergunta e já não são muitas. Como é que está o contencioso relativamente à questão do Beira-mar? Acho que devemos também todos ser

elucidados sobre isso e quero crer que se houve algum acordo aí assim é porque de facto as coisas se começam a conciliar e isto é importante.

Gostava também que, apesar de já o saber, e acho que todos nós o sabemos, que o Senhor Presidente repetiu-se novamente naquilo que disse há algum tempo atrás. Quanto tempo é que demora, quantos anos demorará este município a equilibrar as suas contas? Eu acho que é importante as pessoas terem a noção disso, para que não venham sempre dizer o mesmo e que, para finalmente, de uma vez por todas, pelo menos se corta alguma da babosaria que anda por aí.

E finalmente, Senhor Presidente, aquilo que anda na berra e o Senhor sabe o que é, tem a ver com o Parque de Sustentabilidade e em particular a questão da ponte pedonal.

Eu acho que já é tempo, definitivamente, de uma vez por todas, que se diga tudo. Que o Senhor Presidente e este executivo camarário digam tudo às pessoas. Tudo o que aconteceu, o que se passa, o que acontece e que esclareça tudo o que está a acontecer, que é para não haver aqui mal entendidos e se calhar alguns aproveitamentos que dão a sensação que ocorrem porque se está a tentar fazer aqui assim, permita-me que lhe diga, mas quase que uma campanha negra relativamente a esta situação. Denegrindo as pessoas e até a amabilidade que elas têm. Portanto, eu peço-lhe de uma vez por todas que de facto diga tudo e assumo tudo isso de uma vez por todas.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁷⁰

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁷¹

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁷²

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁷³

Da Câmara Municipal

Vereadora Teresa Christo⁰⁷⁴

Vereadora Maria da Luz Nolasco⁰⁷⁵

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁷⁶

“Boa noite. Quanto à questão do abate de árvores na Baixa de Sto. António e no Alboi a mesma enquadra-se naquilo que é o projeto do Parque da Sustentabilidade na substituição de algumas espécies. Acho que, pelas imagens que todos viram, tenho a certeza que repararam que algumas não tinham condições para se manterem devido ao estado de podridão que apresentavam.

Em relação à questão das escadas de acesso, eu não tenho aqui o documento à minha frente mas o que se pretende para aquela praça é dar uma Maior visibilidade à capela que lá está, ao alargar o espaço público envolvente permitindo um Maior destaque da capela.

Em relação ao início das obras nas escolas. Elas não estão, como se pode ver, atrasadas. Há é uma compatibilização entre aquilo que são as aulas e as obras em si. Se repararmos em Santiago aquilo que vai ser começado a fazer é num espaço que não pertence à escola e, portanto, pode começar, de imediato, a ser realizada alguma obra. Que já está a ser feita.

Em relação à escola da Glória o mesmo não se verifica uma vez que os alunos ainda têm aulas. Neste momento o que está a ser feito é a colocação dos monoblocos na EB 2,3 para onde serão deslocados os alunos durante o período de obra na escola da Glória.

Em relação à redução de dívida apresentada eu não percebi a questão colocada pelo deputado do Bloco de Esquerda, mas julgo que fez, com certeza, a análise do que é ter uma dívida não lançada com redução de dívida que existe, que é bastante superior áquilo que poderia ser o desenrolar normal de uma câmara com dificuldades.

Em relação à informação financeira, de facto, nós, num curto espaço de tempo, vamos ter aqui o relatório de atividades e prestação de contas do ano transato. No entanto, é importante realçar que aquilo que é o passivo exigível de curto prazo é afetado por várias rúbricas, nomeadamente duas que penso terem um peso elevado naquilo que é este tipo de passivo: são

os adiantamentos por conta de vendas que existem e também a questão das amortizações de empréstimos que, no âmbito do POCAL, se refletem no curto prazo.

Em relação ao empréstimo, como sabem, nós estamos a cumprir aquilo que é o plano de saneamento financeiro. Ocorrerá uma amortização mais avultada em Maio, que é o mês onde irá cair o grande bolo, e depois em novembro também.

Em relação à lei das Empresas Municipais, vamos aguardar por aquilo que vai sair. Já temos uma versão preliminar. Nós também demos o nosso contributo através da Associação Nacional de Municípios. Vamos ainda aguardar pelo debate quer da proposta de lei do governo e na Assembleia da República. Portanto, ainda temos, parece-me, um longo caminho pela frente.

Quanto à questão das escolas e da impreparação. Nesta altura, e na altura que estamos de mandato, construámos mais nestes seis anos do que nos oito anos anteriores de mandato. Temos, com certeza, muitas escolas ainda por construir. Aquilo que tem sido feito tem sido bem feito, temos já escolas a funcionar e, portanto, estamos cientes do que é preciso fazer.

Quanto à questão dos Mega-agrupamentos e da Carta Educativa. Ao contrário do que possa pensar foi feito trabalho de casa. Aliás, as duas anteriores diretoras regionais de educação tinham propostas concretas do Município de Aveiro em cima da mesa quando chegaram e quando tiveram tempo para as analisar. Quanto às nossas propostas, as mesmas estão a ser analisadas pelos conselhos-gerais das escolas e serão discutidas em Conselho Municipal de Educação, antes de serem apresentadas à Câmara Municipal.

Em relação ao “Mayors for Peace” trata-se de um projeto político, meramente político, para dar destaque ao que achamos que é importante e que é o papel das comunidades e das cidades naquilo que pode ser a promoção da paz mundial. Trata-se de ter uma perceção diferente daquilo que poderá ser o nosso contributo. É, entre aspas, uma rede política... não tem mais nenhuma vocação que não seja isso.

Quanto à taxa turística, como é óbvio, não vou falar sobre o ponto. Ele está agendado. Iremos discutir, mas dar duas notas. Não sei onde foram buscar o número da diminuição de turistas. Nós, como é óbvio, temos o trabalho de casa feito e isso não se verifica, bem pelo contrário. No ano de dois mil e dez nós ultrapassámos, pela primeira vez, no concelho, as duzentas mil dormidas. Em relação a dois mil e onze falta-nos completar o quadro das dormidas e alojamento local. Foi uma nova realidade introduzida no ano passado e estamos convictos de que terá crescido, novamente, em dois mil e onze.

Em relação àquilo que apresentou dar-vos uma nota. O projeto da ‘TAXAS’, que eu não vou discutir, não se pretende substituir a receitas, nem se prende com o corte de despesas. Nós iremos discutir isso em concreto e qual é o objetivo da taxa, mas não se trata disso.

Os valores que apresentou quer em relação à Localvisão, à Volta a Portugal e ao BIM, não são valores corretos.

A Localvisão, o contrato que referiu é um contrato plurianual de três anos. Quanto à Volta a Portugal ela foi transitada para a EMA e, portanto, há IVA a deduzir. E não são três Voltas a Portugal, são seis eventos. E em relação ao BIM, enfim... poderemos falar sobre outras coisas. Quanto a um episódio, mais um episódio, não acho que seja muito feliz nesta Assembleia, de usar o nome de uma pessoa que orgulha, e não orgulha só o Partido Socialista ou só as pessoas que a ele estão diretamente ligadas, mas orgulha a sociedade aveirense, para colocar aqui determinados assuntos de forma a parecer uma coisa muito importante.

Entristece-me porque traz para a praça pública uma pessoa que, eu pensei que fosse essa a intenção, deveríamos homenagear pelo trabalho que fez não só em prol da sua área específica de trabalho, mas também em prol da nossa comunidade em termos de conhecimento lá fora. Trazer isto para aqui não foi muito feliz e eu fiquei um bocadinho triste em relação a isso. Não em relação ao processo. A gente já conhece a maneira de referir do Dr. Raúl Martins, que infelizmente, mais uma vez, já não está aqui para ouvir as explicações. Mais uma vez porque, de facto, também não tem estado das últimas.

Dar-vos nota disto. Um vereador não despacha ou deixa de despachar porque não lhe apetece em relação às coisas. Estamos a falar de contratos, contratos que não foram validados pelos técnicos. Aliás, a Dra. Ana teve o mesmo problema. Não foi cumprido um contrato por isso não se pode validar faturas só porque somos amigos das pessoas. Temos que respeitar aquilo que está num contrato. Foi informado pelos técnicos que faltava um documento e que é um documento importante. Aliás, é um documento que deveria ter sido entregue a esta Assembleia e que é um relatório semestral. Portanto, nós não podemos, alegremente, validar esses processos. O documento não foi validado porque os técnicos não o validam por falta de documentação já que faltava ainda a entrega de coisas que eram importantes. Não fazemos as coisas por amizade, ou deixar de fazer.

Dar-vos nota ainda disto. Quer na MoveAveiro, quer na EMA, foi feito um esforço suplementar para haver mais transferências em relação a esta entidade. Aquilo que eu digo não tem nada a ver com o Prof. Domingos Cravo, tem a ver com a entidade que é a nossa revisora de contas, que, por acaso, um dos sócios era o Prof. Domingos Cravo.

Esclarecer isto é importante porque estamos a falar de pessoas pelas quais temos muito respeito e muita estima enquanto aquilo que fizeram pelo município, a todos os níveis.

Em relação à Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, à via de ligação, a mesma está, neste momento, para o Secretário-estado do Ambiente para despacho em relação àquilo que foi o pedido de RIP.

Quanto ao equilibrar das contas, nós, em termos de plano de saneamento financeiro e à luz da anterior lei das finanças locais, tínhamos previsto para dois mil e dezasseis. Vamos ver se ocorre antes ou depois, para já mantemos isso que é o que está no programa de planeamento financeiro aprovado para o município.”

Vereador Carlos Santos:⁰⁷⁷

“Minhas Senhoras e meus Senhores, muito boa noite. Aproveitava para conversar convosco o seguinte.

Polícia Municipal, o que se passa? O Comissário foi embora, tomaram medidas? O que é que se passa?

É sabido que nós estamos há seis anos na Câmara Municipal e que, nestes dois anos, tivemos dois comissários. O comissário é um quadro da PSP, é um oficial da PSP. Recebemos uma carta do Comando-geral da PSP a dizer que a comissão tinha terminado e havia absoluta necessidade do Subintendente que aqui estava regressar à PSP. E realmente isso aconteceu.

O Executivo já entendeu que não vamos meter um oficial da PSP novamente na Polícia Municipal e na Proteção Civil. O efetivo não é muito grande e não se justifica. É uma despesa excessiva e vamos aproveitar um quadro que se enquadre bem no perfil desejado para a Polícia Municipal.

No entanto, queremos dizer que achamos que a Polícia Municipal tem de começar a adaptar-se às novas realidades. Já temos alguma experiência e aproveitar esta altura para trabalhar de outra forma. Isso é. Anteriormente incidia-se muito sobre a vigilância urbanística e muito menos noutras ações. Como é sabido, cada vez há menos novas construções e tem de se redimensionar a aplicação do pessoal. Queremos ver se vamos agora para a fiscalização do trânsito e para ver se implementamos, no trânsito, uma nova dinâmica.

Quero-vos dizer também, quatro pequenas ações que resolvemos tomar, há dias, no conselho consultivo de mobilidade.

Quatro pontos importantes e que posso dizer exatamente, eu sei que o tempo não é muito, mas dizer-vos exatamente aquilo que pretendemos fazer. Alguns pontos críticos... há mais, mas estes são alguns dos pontos críticos.

Proposta para evitar os acidentes no cruzamento da rua Cândido dos Reis com a rua Dr. Luis Gomes de Carvalho. Como sabem nesta rua, quem vem da estação pela rua Cândido dos Reis, e aquele cruzamento há bastantes acidentes.

Proposta para evitar problemas na área pedonal compreendida entre a rotunda das Pontes, Rua Direita, Hotel Imperial e Casa Martelo, na freguesia da Glória. Este é o caso que aqui tem sido falado constantemente. E a nossa intenção é primeiro prevenir e depois multar. A Polícia Municipal vai passar a fazer visitas ao local, apresenta relatórios da visita que fez e do trabalho que desenvolveu. Achamos que é incrível o que se passa nessa zona e temos que fazer aí alguma coisa com urgência.

Outra das questões que estamos a trabalhar são as velocidades excessivas na ex-109, nas proximidades dos semáforos do João Padeiro. Nós estivemos reunidos com a PSP, estivemos reunidos com a GNR, estamos a ver se arranjam uma melhor solução para enquadrar isto. Tal como velocidades excessivas na rua Direita, próximo da rotunda da rua do Brejo, na freguesia de Aradas.

Quatro ações que estamos a fazer e que acho que é importante que se dê esta dinâmica. Também falar-vos um pouco nas pavimentações. As pavimentações quando é que começam? Passeios? Parques-infantis?

Eu tenho que dizer que a Lei 8/2012 exige-nos cuidados, e as Juntas de Freguesia sabem bem isso, exige-nos algumas cautelas.

E enquanto esta lei não é regulamentada, não é esta câmara, são todas as câmaras que estão com enormes dificuldades.

Ainda esta semana o Presidente da Associação Nacional de Municípios dizia, precisamente, isso. Esta lei tem rapidamente de ser regulamentada porque todas as autarquias estão em dificuldades.

Foi também aqui dito que a revisão do PDM está a passo de caracol. Dizer-vos que não está a passo de caracol, aliás tenho de dizer que na semana passada estivemos na reunião, em Coimbra, na CCDR-C, com todas as câmaras da região. Mais de trinta e tal câmaras da região. E aí o que é que aconteceu? O PROT-C que é o documento chave, que não é da responsabilidade da câmara, é da região, permitiu que a CCDR-C fizesse uma avaliação aos PDMs de todas as câmaras. E aí vê-se que há câmaras que estão muito atrasadas em relação ao PDM e que não é o caso da Câmara de Aveiro. A Câmara de Aveiro vai ter que adaptar ligeiramente o PDM à realidade do PROT que vai ser aprovado. Brevemente virá a reunião de câmara e virá à Assembleia uma informação sobre este assunto, que não é para ser votada mas para se dar conhecimento dessa posição da Secretaria de Estado em relação a esta matéria.

Foi também aqui falado do problema do túnel da Estação. Cara Dra. Ana Neves, andamos desencontrados porque eu passei lá, ontem à noite, e tinha luz. Consigo não tem luz, comigo tem luz. Por vezes, de facto, as coisas não correm tão bem como nós o desejaríamos.

Caros amigos, dizer-vos que em relação às críticas, às fartas críticas que a Câmara hoje aqui teve, e que foi dito que o Presidente da Câmara é o mais insensível de todos os aveirenses e que não aparece em lado nenhum... Sr. Presidente deixe a oposição dizer isso mas continue a receber os munícipes como recebe porque as coisas estão muito difíceis no país e isto ficou em muito mau estado. O País foi muito mal tratado e ficou em muito mau estado e nós na câmara temos é que receber bem as pessoas e dar algum conforto às pessoas. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:[078](#)

“É bom ser da oposição. É excelente. Permite produzir todo o tipo de reflexões e chegar a todas as conclusões. Por exemplo, em relação ao Orçamento Participativo. Analisámos a nossa participação ou não nas assembleias que decidimos promover em todas as freguesias. E a análise que foi feita foi que a presença do Executivo, especialmente a eventual presença do Presidente da Câmara, numa sessão que é de informação e de envolvimento dos cidadãos poderia ser entendida como uma tentativa de controlar a reunião, dominar a reunião, e, fundamentalmente tinha um cunho eleitoralista muito forte. E como tal pareceu-nos que era sensato e equilibrado da nossa parte, porque esse é um espaço que deve ser dos cidadãos,

deixar o espaço exatamente para os cidadãos. Essa foi a leitura que fizemos. Acreditamos que se tivéssemos estado nessas apresentações estávamos aqui a ouvir agora a crítica, daí a facilidade que é ser da oposição: se tivéssemos dúvidas que a câmara queria dominar eleitoralmente este processo, basta ver que o Sr. Presidente da Câmara foi a todas as apresentações para estar a controlar a situação. Não o fizemos por este motivo e penso que estamos a atuar de forma correta.

Quanto a nunca haver nada de positivo da Câmara na comunicação social, é verdade.

Se a Câmara Municipal de Aveiro tiver aumentado a dívida num cêntimo ela é notícia de primeira página, com todo o destaque. Se a Câmara Municipal de Aveiro reduzir as suas dívidas em setecentos ou oitocentos mil euros, como aconteceu agora, vai para a página nove, num cantinho em baixo, página par que é para não se dar por ela.

O que eu sei é que já tenho vivência autárquica muito longa, já passou dos vinte anos que estou em órgãos executivos, nunca telefonei a um jornalista, devem estar ali alguns em cima, nunca lhes telefonei nem a criticar, nem a elogiar, alguma notícia que tenham publicado em relação aos órgãos que eu integro. Nunca exerci sobre nenhum jornalista nenhuma pressão. Nunca atribui a nenhum jornalista nenhuma casa de renda social, como tem acontecido.

Se repararem também nunca em nenhuma circunstância, quando me dirijo em discursos públicos ou aqui à Assembleia, nunca referi, no final, “e Srs. Jornalistas”. Nunca o disse. E nunca o disse porque tenho tanto respeito pelo trabalho dos jornalistas que acho não ter o direito de procurar, através de alguma simpatia que possa criar, influenciar o seu trabalho.

Uma sociedade democrática vive, essencialmente, do valor que tem o jornalismo e da liberdade com que exerce o seu papel. Agora, há algumas coisas que depois, porque nós somos humanos, estamos também sujeitos à reflexão e à análise, não se compreendem. Não se compreendem que situações muito análogas que nós temos no Município sejam objeto de grandes títulos e de grandes “parangonas”, e situações piores, que estão escritas, que estão documentadas, que são públicas, não tenham notícia nenhuma. Mas isso é uma questão de critério editorial. Eu estou a constatar. É com isto que eu me confronto. Espero chegar ao fim da minha vida sempre com este respeito. Espero nunca atribuir uma casa de habitação social a nenhuns jornalistas, espero nunca pagar nenhuma refeição. É o respeito que eu tenho e que eles merecem pelo trabalho notabilíssimo que têm no desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Quanto ao processo da Avenida, recentemente, há oito dias, foi apresentado um documento ao Executivo, em reunião privada, e vai agora ser apresentado esse documento, proximamente, na Junta de Freguesia da Vera Cruz, naquilo que é o processo de auscultação que temos vindo a fazer.

Quanto à Ponte, prestar como é nosso dever a seguinte informação.

As obras no terreno tiveram início, como sabem, em meados de janeiro deste ano. E tiveram início com a montagem do estaleiro e com a realização das sondagens que estavam previstas.

Na sequência disso, a vinte de janeiro foi apresentada, pela empresa, uma proposta de alteração ao projeto das fundações, na sequência das sondagens feitas. Foi tecnicamente estudada, como é evidente, e obrigou ao envolvimento de toda a equipa projetista. Para efeitos dessa análise e a submissão desse projeto a essa equipa, a pedido da empresa e autorizado pelo dono da obra, que é a Câmara, a obra foi suspensa de dezassete de fevereiro a dezanove de março. No final, as alterações propostas foram tecnicamente validadas por quem as tinha que validar, foram aprovadas. Estamos a falar por volta de vinte de março. Estavam reunidas todas as condições para o reinício das obras.

A partir daí, dessa data, embora não fosse necessário mas era nosso dever, verbalmente e por escrito, a empresa foi instada a iniciar esses trabalhos. Como não o fez, solicitámos uma reunião com os responsáveis da empresa, que decorreu em finais de março, na qual a empresa começa por colocar a situação de ser previsível um prejuízo significativo que iria ter se realizasse a obra. Pelo que pedia à Câmara poder vir a pagar um valor superior ao da

empreitada por forma a ser ressarcida desse prejuízo. Da nossa parte, como é evidente, foi-lhes dito que a Câmara não aceitava, nem sequer discutia este assunto, tendo sido transmitido à empresa, em síntese, que ela teria um de dois caminhos: ou realizava a obra nos exatos termos que constavam do concurso e do contrato que foi assinado, ou a empresa rescindia o contrato. Estas eram as únicas duas vias que se colocavam. Essa reunião que decorreu com a empresa, em finais de março, terminou com o compromisso da empresa de reiniciar os trabalhos na semana seguinte, que penso que seria a primeira semana de abril, tendo sido inclusive marcada uma visita ao local, pela nossa parte, para irmos ver as obras a decorrer que, no fundo, iriam contemplar a colocação das estacas que estavam previstas. As quais até já estavam construídas numa empresa para virem para cá. Seriam transportadas as estacas e na primeira semana de abril eles iriam retomar os trabalhos.

Nessa semana, na tal primeira semana de abril que era para retomar os trabalhos, recebemos uma carta da empresa em que exigia o pagamento acima do contratualizado, acima do que estava no contrato, em cerca de quatrocentos mil euros. O que, a não ser aceite pela Câmara, levaria à rescisão do contrato. Face a esta nova realidade marcámos, de forma muito urgente, uma reunião com a administração da empresa, que decorreu no final dessa primeira semana de abril, na qual reafirmámos aquela posição já há pouco expressa e acrescentámos, como era nosso dever, no caso de rescisão unilateral, a Câmara sentia-se no direito, e tudo faria nesse sentido, como é sua obrigação, de ser ressarcida dos prejuízos que entende que teve no processo.

Estamos a falar do final da primeira semana de abril, a empresa, nessa altura, ficou num curto espaço de tempo, dois ou três dias, de nos fazer chegar, por escrito, a sua posição final. Ficou ali um pouco a dúvida que posição iria tomar e nós colocámos a questão de nos informarem por escrito, o que aconteceu na segunda semana de abril. No início da segunda semana de abril a empresa remeteu-nos uma carta. Nessa carta, embora a empresa fale em rescisão, e numa primeira leitura pareça que é claro e inequívoco que a empresa está a rescindir o contrato, numa análise mais profunda fica ali alguma dúvida sobre se, efetivamente, está lá só a rescisão. E se é claro e inequívoco que esteja a rescisão. E daí nos ter parecido melhor, porque é possível que este processo venha a ter desenvolvimentos jurídicos, noutras esferas, pareceu-nos cautelar, mesmo com essa carta, notificar a empresa, face ao conteúdo da carta, que ela teria até ao dia vinte de abril para reiniciar as obras. Se o não fizesse até ao dia vinte de abril a Câmara reservava-se no direito de tomar as medidas que entendesse por convenientes. Este é o resumo factual e quase cronológico do processo.

Duas notas finais. Quanto à questão jurídica ela está na nossa divisão jurídica. Ela está a acompanhar este processo a par-e-passo. Quanto à concretização da obra, a lei faculta-nos, pelo menos, três hipóteses. A cedência da posição contratual em que a empresa cede a outra empresa o contrato nas mesmíssimas condições e exigências que constam desse contrato. A segunda hipótese é o ajuste direto a uma outra empresa, desde que a mesma aceite, rigorosamente, todas as condições que constam do contrato com a anterior empresa. E a terceira hipótese é a realização de um novo concurso. Estamos a avaliar estas situações e esperamos desenvolvimentos para breve.

Quanto à questão colocada sobre quanto tempo demorará o município a equilibrar as contas. Nesta Assembleia, perante os Srs. Deputados que aqui estão, penso que todos assistiram a isso e todos ainda se lembram disso, quando tomámos conhecimento da profundidade da situação com que o município se confrontava, nunca escondemos e assumimos aqui de forma clara, de forma inequívoca, penso que recordam que o Município precisaria de quinze anos para um reequilíbrio financeiro. Quinze anos. Estávamos em dois mil e seis. Se somarmos os quinze anos estaremos em dois mil e vinte e um. O que significa que ainda faltam nove anos para que o Município possa atingir o seu reequilíbrio financeiro.

Isto porquê? Porque os verdadeiros campeões da gestão que ouvimos há pouco referir a situação que deixaram foi, de acordo com a auditoria de uma entidade isenta, a Inspeção-

geral de Finanças, o passivo deixado do grupo municipal, foi de duzentos e oitenta milhões de euros. Quando as receitas do município são, como sabem, entre quarenta a quarente e cinco milhões de euros por ano.

Nestas coisas, como sabem, não há milagres. Não há máquina nenhuma de fazer dinheiro e não há milagres. Como sabem, incluídos nesses duzentos e oitenta milhões, há oitenta milhões que tivemos que vir a lançar ao longo do tempo. Aliás, na auditoria do Tribunal de Contas, que há pouco tempo esteve nas nossas mãos, todos leram que em dois mil e oito, dois mil e nove e dois mil e dez, este Executivo tinha lançado em contabilidade faturas do passado, que não estavam lançadas, no valor de quarenta e cinco milhões de euros.

E aqui serve para explicar aquilo que não vale a pena explicar, porque as pessoas sabem-no. Está mais do que evidente. Enquanto andamos a lançar faturas que estavam na gaveta naturalmente que o passivo não reduz. Não há aqui milagres.

Quando falava no caso da REFER, quando nós pegamos na fatura da REFER de dois mil e dez, depois de validada, e a lançamos na contabilidade, é evidente que em dois mil e dez aumentámos cerca de catorze milhões de passivo. Não há nada de especial. É o normal. (ouve-se o aparte do deputado sobre quebra do protocolo com a REFER).

Não leve isso com essa irresponsabilidade Marques Pereira, porque isto é grave, Marques Pereira

Nós estamos aqui a falar de coisas sérias. Naturalmente que não é agradável dizer isto, mas estamos a falar de coisas sérias e coisas piores do que estas. (ouve-se o deputado a incitar a dizer). Digo. Andar a vender lotes e a receber o dinheiro por inteiro e depois hipoteca-se o lote para buscar o dinheiro da hipoteca! Ainda agora há quatro meses foram mais seiscentos mil euros que nós tivemos que levar ao banco para libertar o lote só para fazer uma escritura que há onze anos não era feita. A Câmara tinha recebido o dinheiro todo do senhor, e há onze anos que fugia do senhor porque não podia fazer a escritura — e foram mais seiscentos mil.

Naturalmente... isto é fácil. Fácilimo. Isto é fácilimo. Estão a ver os grandes gestores aqui. Isto é fácil. Por exemplo, o Aveiro Basket foi fácil. (ouvem-se vozes). Pois falta. Mas têm que ouvir. Não é só chamar incompetentes aos outros. É ter a honestidade em reconhecer a própria incompetência. O Kayak Pólo outra grande obra deste nosso líder do Partido Socialista que organizou o Kayak Pólo logo no início do mandato, em mil novecentos e noventa e nove, e foi pago por nós, resolvido por nós, dez anos depois. Isto são “gestores de alta qualidade”. E isto são factos. O que eu estou a dizer são factos.

Em breve vamos ter os números para comparar a evolução a esse nível por exemplo das dívidas. Do que foi a situação que estava em noventa e sete e da situação que estava em trinta e um de dezembro de dois mil e cinco, e da situação que vai estar em trinta e um de dezembro de dois mil e onze. E depois as pessoas, com os números à frente, é que vão fazer a sua análise. Mas só um pedido. Quando ouvirem estes “conselhos sábios” em termos de economia, oiçam-nos mas não queiram saber como é que fizeram!?! Porque aí é difícil compreender aquilo que não tem compreensão nenhuma. E os culpados (isto aconteceu aqui e aconteceu no país) disto tudo somos nós!?! Nós é que somos os culpados! Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[079](#)

“Duas ou três coisas sobre os esclarecimentos colocados pelo Executivo em relação a algumas questões colocadas.

Não deixo de sublinhar que há aspetos que não foram respondidos quer quanto ao Parque da Sustentabilidade, quer quanto à MoveAveiro, e, de facto, são situações graves.

Quando falamos de salários em atraso numa empresa que é participada a cem por cento pela autarquia, acho que era importante uma nota. Não houve... lamento.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[080](#)

“Não foi respondido nada. Mais uma vez isto é um abuso. Não foi respondida a questão dos voluntários no canil se a proibição vai ser levantada ou não. A resposta era simples: sim ou não. Mas pronto, há aí um problema qualquer. Não sei. E a resposta não surge, não sei porquê.

Relativamente a esta questão financeira eu gosto sempre de ver o ping-pong entre o PS e o PSD.

O PSD acha que o PS é culpado. O PS acha que o PSD é culpado. E neste aspeto deixem-me dizer que talvez seja o único aspeto em que o Bloco concorda com ambos os partidos. São ambos responsáveis pela situação financeira. E quanto a isso acho que cada um deveria assumir as suas responsabilidades e não as assumem. E para já é tudo.”

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[081](#)

“Na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que tem boa memória, e que diz que o passivo do grupo municipal é de duzentos e oitenta milhões de euros à data, eu gostaria que me respondesse para que ficasse registado, qual é o passivo do grupo municipal à data de hoje?”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[082](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Até fico contente por o Sr. Presidente apontar para nós, ou para mim pessoalmente as suas baterias relativamente a matérias que se passaram há uma década, ou há quase uma década, que têm, obviamente, a sua história, que têm as suas responsabilidades.

Por acaso coisa que eu não vi o Sr. Presidente algum dia fazer e, provavelmente, não o vou ouvir, pela forma como conduz a sua ação política. Em determinada altura já assumi as minhas responsabilidades relativamente à situação do Aveiro Basket. E assumi-as dizendo, claramente, que se fosse hoje (na altura que falava), não teria tomado as mesmas decisões que tomei. E não tenho problema nenhum porque eu conheço a história. Sei como é que as coisas acontecerem e porque é que aconteceram. Estou ciente. Acho que na altura, e não quero comparar as minhas responsabilidades num pequeno projeto de Aveiro, com as suas. Mas na altura eu assumi e saí na devida altura quando mo perguntaram, assumi as minhas responsabilidades e continuo a assumir sem qualquer tipo de problemas.

O Kayak Pólo digamos que é um “fait-divers”. O Sr. Presidente trouxe este assunto para aqui e a única coisa que eu me lembro sobre o Kayak Pólo é o facto de nós termos renovado uma piscina que o Sr. Presidente, enfim, vendeu por meia dúzia de tostões e em condições que eu não vou outra vez dizer, senão o presidente irrita-se muito.

Isto é a grande lembrança que nós temos do Kayak Pólo. É que transformámos uma piscina de cinquenta metros numa piscina olímpica. Uma infraestrutura disponível para uma série de coisas em toda a Região Centro. Aliás era a única, e os Senhores fizeram aquilo que fizeram. Neste momento já nem se vê com a quantidade de arbustos que tem. Mas tenho muito gosto, neste debates, daqui para a frente, assumir sempre as minhas responsabilidades. Esperava era que o Senhor Presidente tivesse a humildade de ir assumindo as suas — e já é tempo porque tem feito muita asneira. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[083](#)

“Gostaria primeiro de realçar esta assunção de responsabilidades que aqui foi feita e que acho que é importante. Mas isso não resolve o problema que fica quando alguém assume as

responsabilidades de ter feito uma gestão que eu tenho a certeza que foi feita da maneira que se perspectivava que fosse o melhor para o Município, mas na realidade não o foi.

Mas isto que nós vimos agora aqui é a realidade que se passou com toda a gestão do Partido Socialista.

Por isso, a quantidade de erros de gestão que já têm sido assumidas são importantes. E por isso é que eu gostava de perguntar ao Gonçalo Fonseca se não acha que realmente esta assunção não paga dívidas? E se essas dívidas de má gestão não devem ser pagas?”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[084](#)

“Vamos lá tentar ser aqui sérios nesta discussão porque é desonesto nós não termos a possibilidade de colocar os factos em cima da mesa e estarmos a discutir, em meia dúzia de minutos, um assunto tão sério como este. Aliás, lançado pelo Sr. Presidente da Câmara.

Mas queria-lhe dizer o seguinte. Nós quando assumimos as nossas responsabilidades fomos eleitos e quando depois dos oito anos de mandato, nós continuámos a ser candidatos. E o povo aveirense decidiu que nós não devíamos continuar a gerir os destinos da câmara. E porquê? Porque na altura, com toda a legitimidade democrática, houve alguém que prometeu essa solução aos aveirenses. Houve alguém que sabia perfeitamente qual era a situação financeira da câmara. Nós tínhamos as nossas soluções e com certeza que sete ou oito anos depois estaríamos muito melhor do que estamos hoje. Mas houve alguém que, naturalmente para ganhar as eleições, traçou o cenário que traçou, disse que tinha soluções para tudo e volvidos quase dois mandatos, o meu camarada Francisco Picado ainda há pouco perguntou e vamos gostar de ouvir, o que era a situação na altura e o que é a situação hoje?”

Portanto, a única coisa que aconteceu durante este período foi que sucessivamente, à falta de soluções, estes Senhores a única coisa que sabem dizer é que quem gerou a dívida foi o Partido Socialista; quem gerou a dívida foi o Partido Socialista. Mas, de facto, o que denota é uma absoluta incompetência para dar soluções. E é para isso que os políticos são eleitos, é para encontrarem soluções para os problemas que existem, não é para estarem a chorar permanentemente.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[085](#)

“Era só para recordar uma questão ao Sr. Presidente, que tem sempre recorrentemente este lapso de memória, quando invoca os duzentos e oitenta milhões que vêm inscritos no relatório da IGF como passivo da Câmara Municipal ou do grupo municipal. É que nessa altura, se sabem, eles duplicaram erradamente o valor do estádio. Era para lhe prestar esse esclarecimento que o Senhor Presidente sabe.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[086](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito rapidamente e ainda voltando ao assunto da Casa da Comunidade, ou do terreno, eu queria esclarecer não só o jornal Diário, que publicou e citou o nome da MacDonald’s, como o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda que a Junta de Freguesia da Glória, em hasta pública, vendeu o terreno a uma imobiliária do norte designada ‘Meio Urbano Imobiliária, SA’. Não vendemos ao MacDonald’s, não vendemos a quem quer que seja. Nós vendemos, negociamos, com uma imobiliária. Se estava em representação de ‘A’, ‘B’ ou ‘C’, isso desconhecemos, nem temos nada com isso. Foi desta imobiliária que recebemos o dinheiro. É portanto isto para nós que diz respeito.

Também ao meu caro Gonçalo Fonseca, quando eu cheguei à Junta de Freguesia da Glória, em dois mil e cinco, o primeiro problema que me foi colocado foi uma dívida de algumas dezenas de milhares de euros relacionados com o Kayak Pólo. A Junta de Freguesia da

Glória, tanto quanto me foi informado, apenas tinha sido um parceiro simbólico, apenas se tinha comprometido com apoio administrativo. Mas a verdade é que era um parceiro e como tal teve que assumir também a sua quota-parte. Essa é que foi a verdade. Foi um drama, umas belíssimas boas-vindas que nos estavam reservados e que nós acabámos, com muita dificuldade, por resolver. Não sei se se lembram que até veio na comunicação social, em grandes parangonas, que a Junta de Freguesia ia ver o edifício penhorado porque a Junta de Freguesia tinha uma dívida por cumprir.

Temos que assumir as nossas faltas, temos que assumir aquilo que não está bem, como assumimos aquilo que está melhor quando, de facto, isso acontece. É só um esclarecimento.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸⁷

“Sr. Presidente. Peço desculpa mas fui invocado e, de facto, agora é preciso esclarecer aquilo que aconteceu e vou tentá-lo fazer rapidamente.

A Câmara Municipal recebeu em mil novecentos e noventa e oito um pedido da Federação Portuguesa de Canoagem para, rapidamente, pôr em marcha uma solução para sediar cá o Campeonato do Mundo de Kayak Pólo. E porquê? Porque estava definido que esse campeonato do mundo tinha sido ganho pela Federação Portuguesa de Canoagem e iria para os municípios do Alentejo. Municípios geridos pelo Partido Comunista. E na altura a seleção da Indonésia inscreveu-se no campeonato do mundo, estávamos numa fase complicadíssima do ponto de vista da gestão diplomática entre Portugal e a Indonésia por causa de Timor.

Só para que fique explícito podem fazer as críticas todas mas, pelo menos, falem daquilo que sabem porque as pessoas, de facto, não sabem.

Quando aconteceu isto, a Federação Portuguesa de Canoagem, com o apoio da Secretaria de Estado do Desporto, tinha a urgência de encontrar uma solução para o fazer. E não havia na altura muitas infraestruturas que permitissem ter este tipo de evento. E, além de tudo, era preciso fazer uma obra. Falou-se com a Secretaria de Estado do Desporto que garantiu, na altura, através do antigo INDESP o apoio para o financiamento da piscina, das obras na piscina. E a Federação Portuguesa de Canoagem tinha um valor consignado que já estava, na altura, cabimentado no orçamento da Secretaria de Estado do Desporto que financiava, não tenho a certeza absoluta, mas entre sessenta a setenta por cento do campeonato do mundo. E isto estava perfeitamente definido. Foi com esses documentos que nós tomámos as decisões.

Fizemos uma comissão executiva e sediamos cá, porquê? Porque o Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem era de Aveiro. Havia aqui um clube de canoagem que era o Sporting Clube de Aveiro e que tinha uma grande força a nível nacional, e entendeu-se que havia condições para o fazer. E, de facto, foi interessante porque isso gerou muita dinâmica na economia local. Alguma que se pagou e outra que depois não se veio a pagar... é um facto. O que é que aconteceu? A Câmara foi adiantando todos os valores que estavam definidos no orçamento que era da responsabilidade dela e havia, acho que eram quarenta e cinco mil contos, que eram devidos da Federação Portuguesa de Canoagem. O que é que aconteceu? É que a Federação Portuguesa de Canoagem entrou num processo de rotura interna e perdeu o estatuto de utilidade pública. E quando perdeu o estatuto de utilidade pública, a Secretaria de Estado do Desporto invocou esse facto para não pagar esse dinheiro à Federação.

E havia um documento assinado que se chamava ‘Projeto Global’, na qual a Junta de Freguesia da Glória tinha assinado, como outras entidades: Governo Civil, IND, etc. Na altura os credores colocaram uma ação contra a organização e, portanto, por interposta pessoa, contra as instituições que faziam parte — e toda a gente foi responsabilizada pelo facto. Foi toda a gente a tribunal. Foi, nomeadamente, a Secretaria de Estado a tribunal. Foi o Governador Civil a tribunal, a Região de Turismo, etc.

E foi esse o motivo, e o único motivo, pelo qual o valor não foi pago, e depois ficou para a Câmara esse pagamento. E a minha questão, e pergunto-vos com toda honestidade, estou aqui

para responder ao que quiserem, qual era a responsabilidade da Câmara de, na altura, da comissão executiva da qual eu fazia diretamente parte, relativamente a esta questão e a esta dívida? Quando no final de contas o valor do orçamento não foi, sequer, não chegámos sequer ao valor final do orçamento. O orçamento era de cerca de cento e dez mil contos e não se chegou a cem mil contos de custos. E, portanto, qual era a nossa responsabilidade relativamente a isso? Agora, fazer política com isso façam à vontade! Estou cá para assumir as minhas responsabilidades. Mas era importante que falassem sobre aquilo com conhecimento de causa.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[088](#)

“Não tenho problema nenhum em reconhecer que aquilo que o Gonçalo Fonseca aqui disse corresponde inteiramente à verdade. Foram, de facto, essas diligências que foram feitas. Indiscutivelmente, tenho conhecimento disso.

E a verdade, eu digo-a sempre, onde quer que seja, inclusivamente nesta casa. A verdade é que este Executivo, que comigo assumiu funções em dois mil e cinco, nada contribuiu, de facto, para que isso acontecesse. Isso ocorreu no período do saudoso do Sr. Braga Alves, mas a verdade é que nós tivemos de encontrar soluções para isso.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[089](#)

“O deputado que me antecedeu referiu que vendeu o terreno não ao MacDonald’s mas a outra empresa. Isto é assustador porque fiquei a saber que se vendem terrenos sem sequer se saber o que vai lá acontecer. Eu gostava de saber se o Senhor deputado sabia, ou não? E se não sabia, se é prática corrente política vender terrenos para o que der e vier? Se podem pôr ali uma discoteca, uma prisão, um MacDonald’s, tanto faz.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[090](#)

“O Sr. Deputado não percebeu a explicação que lhe dei há bocado. Quando citei que havia várias pessoas interessadas, uns para habitação de estudantes, outros para unidade de “não sei quantos”, e aparecendo um interessado num estabelecimento de bebidas apenas com um piso foi a partir daí que iniciámos as diligências. Penso que disse isto há bocado. Agora, não foi por ser a MacDonald’s ou outra empresa qualquer. Está esclarecido.

Nós negociámos com uma imobiliária que nos apareceu. Não queremos saber, nem nos interessa, se foi para a empresa ‘A’, ‘B’, ‘C’ ou ‘D’, do país ‘A’, do país ‘B’, de Portugal ou de outro país qualquer.

A verdade é que foi com esta empresa imobiliária do norte que nós negociámos, foi desta empresa que recebemos o dinheiro. O que vai lá aparecer, de que empresa é, não sei. Sei que vai aparecer um estabelecimento de um piso destinado a bebidas e restauração. É isso que está autorizado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[091](#)

“Só duas notas finais. Em relação ao Francisco Picado. Está para muito breve a apresentação das Contas do município e de todas as empresas municipais. Nessa altura iremos ter, com rigor, esse número final do Passivo do grupo municipal.

Em relação ao Gonçalo Fonseca. Tal como fez com os dois processos, também assumo aqui a minha ‘mea culpa’ — se calhar deveria ter tido mais elevação na minha postura aqui.

Este é o órgão máximo da democracia aveirense. É um espaço de liberdade e deve ser um espaço de respeito. Mas também somos humanos e de vez em quando as coisas ultrapassam-nos.

Quanto à questão da piscina é uma história para outra altura — para hoje acabarmos bem. Muito breve, muito profunda. Fica para outra altura.

Quanto ao facto dos políticos serem eleitos para encontrarem soluções, é bem verdade. Mas impossíveis, não. Soluções sim, impossíveis é difícil. Muito obrigado.”

Não se verificando mais intervenções, o presidente da Mesa⁰⁹²deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 16 de Maio (4.ª feira) pelas 20:00 horas. Nos termos regimentais segue convocatória.

Eram 02:00 horas do dia 24 de abril de 2012.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:30)